

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. ("Companhia" ou "Jereissati Participações"), apresenta aos seus acionistas e ao mercado, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi extremamente desafiador. A atividade econômica não mostrou sinais de recuperação em relação ao ano anterior e os indicadores de emprego e renda continuaram a se deteriorar. Neste ambiente de economia extremamente fragilizada, ainda operamos com as taxas de juros reais mais elevadas do mundo.

Por outro lado, o novo governo que assumiu em maio/2016 mostrou claros sinais de que está comprometido com a responsabilidade fiscal, o combate à inflação e reformas que permitam ao Governo Central, ainda que no médio prazo, equilibrar suas contas. Neste sentido, a introdução do teto nos gastos públicos e a Reforma da Previdência são instrumentos fundamentais para se atingir esse equilíbrio.

O estado de fragilidade da economia real, o aumento do desemprego e o baixo nível de confiança do consumidor levaram a inflação observada nos últimos meses e a projetada para 2017 ao centro da meta do Banco Central. Isso deve permitir que o Banco Central tenha maior sensibilidade ao nível de atividade e renda e passe a ser mais agressivo na redução da taxa de juros reais.

A queda da taxa de juros é essencial para tirar a economia da inércia e iniciar um ciclo de retomada da atividade econômica. Em uma economia na qual as famílias e o Governo estão com sua renda comprometida, é fundamental proporcionar condições para que a iniciativa privada tenha capacidade e disposição de investir. Isto apenas será possível com taxas de juros reais em patamares civilizados.

Ao longo do ano, a Jereissati Participações manteve sua estratégia de focar seus investimentos no setor imobiliário, tendo como principal ativo a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Além disso, concluiu a desconsolidação e o desinvestimento dos ativos de Telecom iniciado em 2011.

De forma a simplificar sua estrutura societária e operacional, a Companhia adquiriu em Nov/16 a participação da Previ no capital da JPSP Investimentos e Participações S.A. (nova denominação da Jereissati Telecom S.A.), e passou a deter 98,8% da sociedade. Em função desta aquisição, a Companhia lançou Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por Aumento de Participação

combinado com Fechamento de Capital da JPSP. A realização dessas ofertas está prevista para o primeiro semestre de 2017.

A Iguatemi apresentou resultados operacionais sólidos que demonstram a resiliência e qualidade do portfólio. Neste ambiente desafiador, a companhia apresentou crescimento de receita de 5% no ano e o Ebitda atingiu R\$ 521 milhões com margem de 78%. Foi o oitavo ano consecutivo em que a empresa atinge o guidance fornecido ao mercado.

Com a inauguração da expansão do Iguatemi Porto Alegre em abril/16 e da Torre comercial ao lado do shopping em jul/16, a Iguatemi concluiu o mais recente ciclo de expansão em greenfields e expansões iniciado em 2010 em que foram inaugurados os empreendimentos Iguatemi Brasília, Iguatemi Alphaville, JK Iguatemi, Iguatemi Ribeirão Preto e Iguatemi Rio Preto, além de sete expansões em shoppings já existentes.

A empresa agora está focada na maturação desses empreendimentos e na recomposição da sua posição de liquidez para se preparar para um novo ciclo de investimento nos próximos anos.

Com relação aos ativos de Telecom, a Companhia alienou, ainda no início do ano de 2016, a pequena posição residual que detinha em ações da Oi, fruto do processo de incorporação da Portugal Telecom. Em outro movimento, a Contax passou a ter seu capital representado apenas por ações ordinárias e admitida no Novo Mercado da BM&F Bovespa. Como fruto desse processo, a JPSP passou a deter ações líquidas da Contax e sem participação na governança da empresa.

Ainda, no final do exercício de 2016, a Companhia abriu dois programas de recompra de ações de sua própria emissão, sendo que o primeiro já integralmente concluído após a aquisição, e posterior cancelamento, de 1,7 milhão de ações preferenciais.

Estrutura Societária

A Companhia controla as sociedades JPSP Investimentos e Participações S.A. ("JPSP") e a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi").



Iguatemi

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi, atua no segmento de shopping centers e imóveis comerciais e engloba a concepção, planejamento, desenvolvimento, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

A Iguatemi teve como principais destaques em 2016:

- As Vendas Totais atingiram R\$ 12,7 bilhões em 2016, crescimento de 7,3% em relação a 2015, e R\$ 3,9 bilhões no 4T16, 2,7% acima do 4T15
- As vendas mesmas áreas (SAS) cresceram 2,0% e vendas mesmas lojas (SSS) cresceram 1,1% em 2016. No trimestre, SAS aumentaram em 0,2%, enguanto o SSS foi de -0,2%
- Os aluguéis mesmas lojas (SSR) aumentaram 6,4% e aluguéis mesmas áreas (SAR) cresceu
 6,9% no acumulado do ano. No trimestre, SSR cresceram 6,5% no 4T16, e os SAR cresceram
 6,2%
- A Receita Líquida atingiu R\$ 184 milhões no 4T16, crescimento de 6,9% com relação ao 4T15, e R\$ 668 milhões em 2016, crescimento de 5,0% versus 2015 e dentro do guidance fornecido para o ano
- O EBITDA atingiu R\$ 143 milhões no 4T16, com margem de 77,7%. Em 2016, o EBITDA totalizou R\$ 521 milhões, com Margem EBITDA de 78%, acima do guidance para o ano
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 50 milhões no 4T16 e R\$ 164 milhões em 2016
- O FFO atingiu R\$ 76 milhões no 4T16 e R\$ 273 milhões em 2016
- O Endividamento fechou o 4T16 em queda de 0,12x versus o 4T15 para 3,23x Dívida Líquida/EBITDA (queda de 0,17x versus o 3T16)

R\$ Milhões	2016	2015	Δ%
Receita bruta	769,2	714,7	7,6%
Receita líquida	668,1	636,3	5,0%
EBITDA	521,3	503,7	3,5%
Lucro líquido consolidado	164,2	193,7	-15,2%
Funds From Operations (FFO)	272,5	296,4	-8,1%
ABL Total (m ² /mil)	746,0	715,0	4,3%
ABL Própria (m²/mil)	454,6	443,2	2,6%

Brio Investimentos

Ao final do ano de 2016, o Brio Real Estate FIP havia comprometido 78% (R\$ 70 milhões) e alocado 60% do seu capital total. Do capital alocado pelo Fundo, aproximadamente 83% foi investido no Porto 130, 14% no CTP Log e 3% no Integrato Iguatemi.

Contax Participações

A Companhia possui participação correspondente a 8% do capital da Contax Participações. No início de 2016, a Contax teve a sua liderança reformulada. Um novo time de executivos com experiência no setor de contact center e serviços está reposicionando a companhia, com foco em qualidade e eficiência dos processos de forma a retomar níveis adequados de rentabilidade.

Além disso, como parte do processo de redução da alavancagem financeira, a Contax concluiu a venda da Allus, sua subsidiária no exterior com operações no Peru, Colômbia e Argentina.

Como consequência do processo de reestruturação societária que transformou todas as ações de emissão da Contax em ordinárias, concluído em abril, a Companhia passou a deter 8% das ações de emissão da Contax (CTAX3) negociadas na BM&F Bovespa.

Considerando a participação de apenas 8% do capital da Contax e por não ter representação nos órgãos de administração da empresa e nem participar de acordo de acionistas, a Companhia não consolida os resultados da Contax em suas demonstrações financeiras.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA COMPANHIA

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas, com um acompanhamento próximo das companhias investidas e suporte aos órgãos de administração de cada uma delas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na CVM.

R\$ Mil (Consolidado)	2016	2015	Δ%
Receita de venda bens / serviços	668.710	636.659	5%
Custo bens / serviços vendidos	(208.423)	(210.890)	-1%
Resultado Bruto	460.287	425.769	8%
Equivalência Patrimonial	(16.316)	(760.252)	-98%
SG&A	(92.214)	(126.329)	-27%
Outras receitas (desp) operacionais	9.957	169.640	-94%
Resultados antes result fin / trib	361.714	(291.172)	n.a.
Resultado financeiro	(225.743)	(230.028)	-2%
Imposto de renda / contribuição social	(45.470)	(47.345)	-4%
Lucro Líquido (prejuízo)	90.501	(568.545)	n.a.
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.564	(125.654)	n.a.
Atribuído a Sócios Não Controladores	68.937	(442.891)	n.a.

DIVIDENDOS

A Administração da Companhia propõe o pagamento de dividendos no valor de R\$ 14 milhões a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

REDUÇÃO DE CAPITAL

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 10/03/2017 a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para submissão de proposta de redução do capital social da Jereissati Participações S.A. no valor de R\$ 42.017.101,65 (quarenta e dois milhões, dezessete mil, cento e um reais e sessenta e cinco centavos), sem cancelamento de ações, com restituição aos acionistas, por considerá-lo excessivo tendo em vista o desinvestimento dos ativos de Telecom.

MERCADO DE CAPITAIS

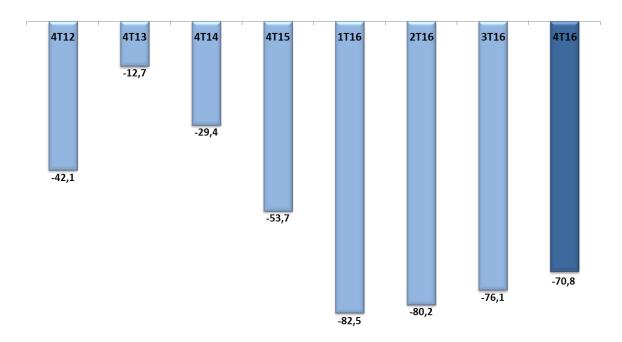
As ações da Companhia e de suas investidas apresentaram o seguinte desempenho conforme demonstrado no gráfico abaixo:



O valor de mercado das participações detidas pela Companhia, sem considerar qualquer prêmio de controle, correspondia no final do exercício a R\$ 2.393 milhões. O valor de mercado da Companhia nesta mesma data atingia R\$ 690 milhões, o que corresponde a um desconto de 70,8% sobre o valor de mercado dos seus ativos.

Cotação IGTA3	R\$	26,67					
Market Cap Iguatemi	R\$	4.710.230,8	Milhões				
Participação JP (%)		50,8%					
Valor da Participação Iguatemi (A)	R\$	2.392.797,2	Milhões				
Dívida Liquida JP (B)	R\$	7.552,0	Milhões				
Valor dos Ativos Líquidos (C)	R\$	2.385.245,2	Milhões				
Cotação MLFT4	R\$	7,39					
Market Cap JP (D)	R\$	690.014,2	Milhões				
Diferença entre o Valor Líquido dos							
Ativos e o Valor de Mercado	R\$	1.695.231,1	Milhões				
(E=C-D)							
Desconto (E/C)	71%						

O quadro abaixo demonstra a evolução histórica deste desconto nos últimos anos (em %).



AUDITORES INDEPENDENTES - INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2016.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acionistas e Administradores da Jereissati Participações S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

 Avaliação do valor recuperável das propriedades para investimento, ágio na aquisição de investimentos e créditos tributários de companhia controlada (Nota explicativa 13) – Controladora e Consolidado

As controladas da Companhia possuem ativos que incluem propriedades para investimento, mensuradas pelo método de custo, ágio gerado na aquisição de investimentos e créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura preparadas pelas controladas com base em seu julgamento e amparada no plano de negócios e orçamento, aprovado pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia e suas controladas uma vez que envolvem grau de julgamento. As controladas anualmente avaliam as premissas e estimativas de lucros tributáveis, rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que estes ativos estão alocados, as taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, uma vez que, frequentemente, ocorrem mudanças nos mercados de atuação, quer sejam econômicas ou regulatórias. Em função das mudanças que podem ocorrer nessas estimativas e que podem impactar de forma relevante o valor de recuperação destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da

controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e implementação dos principais controles existentes no processo interno de preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável dos ativos disponibilizados pela Companhia e suas controladas. Adicionalmente, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses estudos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Analisamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais estudos, bem como avaliamos a análise de sensibilidade preparada pela Companhia e suas controladas, considerando cenários alternativos sobre as principais premissas. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

(Nota explicativa 19) - Controladora e Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido ao julgamento envolvido na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto como significativo para fins de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos principais controles internos relacionados à identificação, avaliação da probabilidade de êxito das ações e ao registro de processos judiciais. Avaliamos também a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação desses valores, que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, quando aplicável, por meio de confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco, bem como dados e informações históricas disponíveis. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e os valores em riscos, provisionados ou divulgados, sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas.

Perda por redução ao valor recuperável das contas a receber

(Nota explicativa 10) - Controladora e Consolidado

As controladas da Companhia tem como principal objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, sendo estas a sua principal fonte de receitas operacionais. As controladas avaliam periodicamente a estimativa de perda por redução ao valor recuperável das contas a receber. A determinação da perda por redução ao valor recuperável é documentada por meio de estudo preparado pela Companhia e suas controladas e exige por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas que incluem análises sobre fatores externos, tais como condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre garantias. Devido à relevância e ao nível de incerteza inerente à determinação da perda por redução ao valor recuperável das contas a receber que podem impactar significativamente o montante da perda por redução ao valor recuperável reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa

auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à identificação e ao registro das contas a receber. Com relação ao valor recuperável dos saldos das contas a receber, avaliamos as premissas da metodologia para determinação de perdas adotadas pela Companhia e suas controladas em comparação com dados históricos e testamos a adequação dos cálculos matemáticos da provisão com base no prazo de atraso das contas a receber e demais critérios estabelecidos para sua determinação. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e os valores provisionados pela Companhia e suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é

responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de Março de 2017

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia Contador CRC 1SP252418/O-3 Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota -		Controladora		Consolidado		Nota	-	Controladora		Consolidado
Ativo	Explicativa	2016	2015	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Explicativa	2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	17	19	186,472	132.883	Salários, encargos sociais e benefícios		2.150	972	29.500	31.973
Aplicações financeiras	9	38.325	29.894	464.868	528.890	Fornecedores		238	96	11.759	29.603
Contas a receber	10	_	28	154.497	176.220	Empréstimos e financiamentos	17	33.491	3.206	359.085	407.340
Estoques		_	_	5,365	6.060	Tributos correntes a recolher	11	106	100	19.939	20.433
Tributos correntes e a recuperar	11	927	920	24.678	27.381	Dividendos a pagar	24	8.194	_	27.093	21.664
Dividendos a receber	24	19.484	23.356			Programa de refinanciamento fiscal	18	157	157	1.365	1.365
Redução de capital a receber	24	25.789	20.000	_	_	Redução de capital a pagar	24	-	-	313	-
Demais ativos	16	62	63	15.430	28.179	Demais obrigações	20	284	65	10.761	64.216
Total do ativo circulante	-	84.604	54.280	851.310	899.613	Total do passivo circulante	20	44.620	4.596	459.815	576.594
Não circulante					51.505	Não circulante	1.7	01.250	121 500	2 005 526	1056 -05
Aplicações financeiras	9	-	-	6.453	54.632	Empréstimos e financiamentos	17	91.268	121.690	2.005.720	1.956.695
Contas a receber	10			84.668	83.855	Tributos diferidos	11		Ī.,	104.299	88.696
Tributos diferidos e a recuperar	11	18.485	16.502	129.667	91.305	Programa de refinanciamento fiscal	18	144	301	1.252	2.617
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.024	1.051	5.057	5.172	Provisões	19	5.378	5.138	20.974	19.919
Dividendos a receber	24	-	-	2.516	2.603	Demais obrigações	20	2.912	3.036	27.700	51.807
Créditos com partes relacionadas	24	-	-	120.484	116.342	Total do passivo não circulante		99.702	130.165	2.159.945	2.119.734
Demais ativos	16	-	-	14.790	6.821						
Investimentos	13	1.469.598	1.489.814	41.373	61.108						
Propriedades para investimentos	13	-	-	4.022.889	3.996.971						
Imobilizado	14	1	2	23.355	19.930						
Intangível	15	2	2	101.182	103.354						
Total do ativo não circulante	=	1.489.110	1.507.371	4.552.434	4.542.093						
						Patrimônio líquido atribuído aos controladores	21				
						Capital social		784.004	784.004	784.004	784.004
						Reserva de capital		10.163	13.590	10.163	13.590
						Reserva de lucros		496.329	498.763	496.329	498.763
						Ações em tesouraria		(3.658)	(3.815)	(3.658)	(3.815)
						Ágio em transações de capital e variações de		(/	((,	(,
						porcentagens de participações		134.100	135.572	134.100	135.572
						Ajustes de avaliação patrimonial		(465)	(4.827)	(465)	(4.827)
						Outros resultados abrangentes		8.919	3.603	8.919	3.603
						out of resultation as range inte		1.429.392	1.426.890	1.429.392	1.426.890
						Participações dos não controladores				1.354.592	1.318.488
						Total do patrimônio líquido		1.429.392	1.426.890	2.783.984	2.745.378
Total do ativo	_	1.573.714	1.561.651	5.403.744	5.441.706	Total do passivo e patrimônio líquido		1.573.714	1.561.651	5.403.744	5.441.706

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	_		Controladora		Consolidado
	Nota Explicativa	2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas e/ou serviços Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	4 5	2.151 (309)	2.138 (141)	668.710 (208.423)	636.659 (210.890)
Lucro bruto	_	1.842	1.997	460.287	425.769
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	13	35.455	(127.134)	(16.316)	(760.252)
Gerais e administrativas	5	(18.139)	(22.486)	(92.214)	(126.329)
Outras receitas operacionais	6	16.943	32.684	72.081	189.026
Outras despesas operacionais	6	(335)	(155)	(62.124)	(19.386)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	-	35.766	(115.094)	361.714	(291.172)
Receitas financeiras	7	6.444	8.359	101.055	117.366
Despesas financeiras	7	(20.646)	(18.919)	(326.798)	(347.394)
Resultado financeiro	<u> </u>	(14.202)	(10.560)	(225.743)	(230.028)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	<u> </u>	21.564	(125.654)	135.971	(521.200)
Imposto de renda e contribuição social	8				
Corrente	Ü	-	_	(58.785)	(49.946)
Diferido		-	-	13.315	2.601
Lucro (prejuízo) do exercício		21.564	(125.654)	90.501	(568.545)
Lucro (prejuízo) atribuído aos controladores		21.564	(125.654)	21.564	(125.654)
Lucro (prejuízo) atribuído aos não controladores		-	-	68.937	(442.891)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$) atribuível a Companhia:	21 (f)				
Ações ordinárias - básicas		0,2260	(0,1312)	0,2260	(0,1312)
Ações ordinárias - diluídas		0,2203	(0,1315)	0,2203	(0,1315)
Ações preferenciais - básicas		0,2260	(0,1312)	0,2260	(0,1312)
Ações preferenciais - diluídas		0,2203	(0,1315)	0,2203	(0,1315)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstraçõ	es financeiras				

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) do exercício	21.564	(125.654)	90.501	(568.545)
Equivalência patrimonial reflexa ajuste de conversão de controladas	660	1.805	669	1.805
Deságio em transação de capital	5.729	-	5.729	-
	6.389	1.805	6.398	1.805
Total do resultado abrangente do exercício	27.953	(123.849)	96.899	(566.740)
Resultado abrangente atribuído ao controlador	27.953	(123.849)	27.953	(123.849)
Resultado abrangente atribuído ao não controlador	-	-	68.946	(442.891)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Reserva de capit	al			Reservas	de lucros			<u>-</u> ,			Ágio em transações		Total da	Participação	
		Reserva	Ganhos	Opções de					Reserva	Dividendos		Lucros	Outros	de capital e variações	Ajustes	participação	dos acionistas	Total do
	Capital	de	com ações	Ações		Lucros a			especial de	adicionais	Ações	(Prejuízos)	resultados	de porcentagens	de avaliação	dos acionistas	não	patrimônio
	social	Capital	em tesouraria	Reflexa	Legal	realizar	Investimentos	Retenção	dividendos	propostos	em tesouraria	acumulados	abrangentes	de participações	patrimonial	controladores	controladores	líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015	784.004	4	878	14.502	68.187	-	665.448	64.594	6.611		(3.815)	-	(726)	78.641	(99.068)	1.579.260	1.585.481	3.164.741
Aumento de capital	-	_	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	1.666	1.666
Plano de opção de ações de controladas	-	-	-	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638	1.508	2.146
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(452)	(452)	(1.213)	(1.665)
Ajuste reflexo de transação de capital de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)	-	(582)
Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	-	-	-	(2.432)	-	-	-	-	-	-	-	(177.575)	2.525	57.405	95.275	(24.802)	201.524	176.722
Ajuste de conversão reflexo de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.804	-	-	1.804	469	2.273
Ajuste reflexo na variação de participação em investimentos e minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(474)	-	(474)	(387)	(861)
Outros ajustes no patrimônio das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.848)	-	-	-	(2.848)	(3.361)	(6.209)
Dividendos declarados por controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.308)	(24.308)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.654)	-	-	-	(125.654)	(442.891)	(568.545)
Absorção do prejuízo do exercício					_	-	(299.466)	-	(6.611)			306.077						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	784.004	4	878	12.708	68.187	-	365.982	64.594	-	-	(3.815)	-	3.603	135.572	(4.827)	1.426.890	1.318.488	2.745.378
Aumento de capital		_		-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-		(313)	(313)
Plano de opção de ações de controladas	-	-	-	(3.427)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.427)	13.139	9.712
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.658)	-	-	-	-	(3.658)	(9.899)	(13.557)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(14.948)	-	-	-	3.815	-	-	-	-	(11.133)	-	(11.133)
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.362	4.362	25	4.387
Deságio em transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.729	-	-	5.729	-	5.729
Ajuste de conversão reflexo de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	660	-	-	660	9	669
Ajuste reflexo na variação de participação em investimentos e minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.472)	-	(1.472)	15.255	13.783
Outros ajustes no patrimônio das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(856)	(1.073)	-	-	(1.929)	(24.962)	(26.891)
Dividendos declarados por controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.087)	(26.087)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.564	-	-	-	21.564	68.937	90.501
Reserva legal	-	-	-	-	1.078	-	-	-	-	-	-	(1.078)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	5.667	-	-	-	-	(5.667)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.194)	-	-	-	(8.194)	-	(8.194)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.769	-	(5.769)	-	-	-	-	-	-
	784.004	4	878	9.281	69.265	-	356.701	64.594	-	5.769	(3.658)	-	8.919	134.100	(465)	1.429.392	1.354.592	2.783.984
Saldos em 31 de dezembro de 2016	784.004	<u></u>		10.163						496.329	(3.658)	-	8.919	134.100	(465)	1.429.392	1.354.592	2.783.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Atividades operacionais Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	21.564	(125.654)	135.971	(521.200)
Ajuste para conciliar o lucro líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacion	ais:			
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	17.815	16.791	389.728	276.921
Depreciação e amortização	1	1	133.238	108.530
Provisão para perda ao valor recuperável	-	-	21.834	-
Perdas sobre contas a receber	-	-	12.612	7.628
Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais	341	99	1.157	128
Atualização de depósitos judiciais	(54)	(74)	(155)	(167)
Equivalência patrimonial Resultado na alienção e baixa de ativo	(35.455)	127.134	16.316 70	760.252 (28.551)
Reclassificação ajustes reflexos dos investimentos	-	(32.464)	(1.450)	(120.216)
Prescrição de dividendos	-	(220)	-	(294)
Ganho (perda) de participação	-	-	23	(2.431)
Receitas diferidas	-	-	(30.321)	(38.160)
Outras receitas, líquidas das despesas	6	(2)	(2.689)	(2.511)
<u>-</u>	4.218	(14.389)	676.334	439.929
Mutações patrimoniais	20	(28)	(0.727)	10.507
Contas a receber Estoques	28	(28)	(9.737) 419	18.506 (305)
Tributos correntes e a recuperar	(2.132)	(2.130)	(26.523)	38.393
Fornecedores	148	(737)	(5.169)	(12.174)
Salários, encargos sociais e benefícios	1.184	(813)	(1.070)	8.109
Depósitos e bloqueios judiciais	(29)	(58)	(29)	(58)
Outras contas ativas e passivas	200	34	(14.217)	83.893
	(601)	(3.732)	(56.326)	136.364
Caixa proveniente das operações	(15,050)	(1 < 202)	(202.015)	(22< 451)
Encargos financeiros pagos	(17.950)	(16.282)	(292.017)	(236.451)
Imposto de renda e contribuição social pagos Dividendos recebidos	20.882	20.992	(45.250)	(98.379)
Dividendos recebidos	30.882	30.883	900	1.482
	12.932	14.601	(336.367)	(333.348)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	16.549	(3.520)	283.641	242.945
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	_	_	(161.200)	(388.246)
riquisições de bens do davo intobinizado e intaligavei			(101.200)	(300.210)
Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	(540)	(2.200)	(20.957)	(59.682)
Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	17.375	-	39.624	-
Transações com partes relacionadas	-	-	-	(14.807)
Resgate (Aplicações financeiras) em título mantidos para negociação	(8.431)	5.726	64.659	206.878
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	8.404	3.526	(77.874)	(255.857)
_				(33,33,4)
Atividades de financiamentos				
Captações liquidas de custos	-	-	450.000	197.792
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(529.027)	(269.876)
Pagamentos de dividendos	-	-	(28.628)	(29.629)
Aumento de capital de controladas	- (24.055)	-	540	1.501
Recompra de ações	(24.955)		(45.063)	(13.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(24.955)	- -	(152.178)	(113.331)
Fluxo de caixa do exercício	(2)	6	53.589	(126.243)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	17	19	186.472	132.883
Saldo inicial	19	13	132.883	259.126
			53.589	
Aumento (diminuição) de Caixa e equivalentes de caixa =	(2)	6	33.389	(126.243)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Part	Elli filimates de feais, exceto quando filucado de outra forma		Controladora	ora Consolidado			
No. Percentas Percentas		-		2016	•		
Peredas de mercadorias, produtos escriços 2.507 2.492 700.89 715.423 Reclasificação ajustes reflexos positivos dos investimentos 3.2464 1.450 120.216 120.100 120.216 120.100 120.216 120.100 120.216 120.100 120.216 120.100 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.216 120.200 120.200 120.216 120.200 120.20							
Reclassificação giuster reflexos positivos dos investimentos 32.464 1.450 120.216 2.431 2.	Receitas						
Reclassificação giuster reflexos positivos dos investimentos 32.464 1.450 120.216 2.431 2.	Vendas de mercadorias, produtos e servicos	2.507	2.492	770.089	715.423		
Provisio para perda no valor recuperável - -	* *						
Pendas provisio para crédito de líquidação duvidosa 16.936 220 20.38 24.674 24.074 24.074 25.116 25.074 25.116 25.074 25.07		-	-	(23)	2.431		
Dutras receitas (despesas) operacionais, fiquidas 19.948 35.176 757.468 1073.116 Insumos adquiridos de terceiros		-	-	, ,	- (7. (20)		
Insumos adquiridos de terceiros		- 16 936	220				
Custos prods., mercs. e servs. vendidos 1. 2. (73.639) (78.557) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.294) (862) (30.248) (243.870) Quiros insumos (8.042) (13.345) (0.505) (22.685) Q.3360 (14.207) (113.437) (345.112) Valor adicionado bruto 10.107 20.969 644.031 728.004 Retenções Pepreciação e amortização (1) (1) (133.238) (108.530) Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais (300) (99) (1.115) (128) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia 9.806 20.869 509.678 619.346 Valor adicionado recebido em transferência Equivalência patrimonial 35.455 (127.134) (16.316) (760.252) Receitas financeiras 41.899 (118.775) 84.739 (642.886) Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) 594.417 (23.540) Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FOTS 230 231 6.125 5.843 Tedras 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais -1.25 1.347 91.303 Estaduais -1.25 1	Outras recenas (uespesas) operacionais, inquidas						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.294) (862) (30.248) (243.870) (22.685) (22.685) (22.685) (23.345) (Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (1.294) (862) (30.248) (243.870) (22.685) (22.685) (22.685) (23.345) (Custos prods., mercs, e servs, vendidos	_	_	(73.639)	(78.557)		
Valor adicionado bruto 10.107 20.969 644.031 728.004	•	(1.294)	(862)		, ,		
National dicionado bruto 10.107 20.969 644.031 728.004	Outros insumos	(8.042)	(13.345)	(9.550)	(22.685)		
Retenções		(9.336)	(14.207)	(113.437)	(345.112)		
Depreciação e amortização (1) (1) (133.238) (108.530) Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais (300) (99) (1.115) (128) (128) (108.658) (301) (100) (134.353) (108.658) (108.65	Valor adicionado bruto	10.107	20.969	644.031	728.004		
Depreciação e amortização (1) (1) (133.238) (108.530) Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais (300) (99) (1.115) (128) (128) (108.658) (301) (100) (134.353) (108.658) (108.65	Retenções						
Reversão de provisão, Ifquida de perdas com processos judiciais G300 G99 G1.115 G128 G301 G100 G100 G134.353 G108.658 Valor adicionado Ifquido produzido pela Companhia 9.806 20.869 509.678 619.346 Valor adicionado recebido em transferência Equivalência patrimonial 35.455 G127.134 G16.316 G760.252 Receitas financeiras 6.444 8.359 101.055 117.366 Valor adicionado total a distribuir 51.705 G7.906 594.417 G23.540 Valor adicionado total a distribuir 51.705 G7.906 594.417 G23.540 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Remuneração direta 6.946 7.357 7.092 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 7.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Altagráfo 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.885 329.334 Altagráfo - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores 8.194 -	•	(1)	(1)	(133.238)	(108.530)		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia 9.806 20.869 509.678 619.346 Valor adicionado recebido em transferência Equivalência patrimonial 35.455 (127.134) (16.316) (760.252) Receitas financeiras 6.444 8.359 101.055 117.366 Valor adicionado total a distribuir 51.705 97.906) 594.417 (23.540) Distribuição do valor adicionado Pessoal 880 6.427 16.751 Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 Tegerais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - 3.826 3.557 Municipais 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - 4.355 3.877	* *		. ,	, ,	, ,		
Valor adicionado recebido em transferência Equivalência patrimonial 35.455 (127.134) (16.316) (760.252) Receitas financeiras 6.444 (8.359) (118.775) 84.739 (642.886) Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) 594.417 (23.540) Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) 594.417 (23.540) Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) 594.417 (23.540) Valor adicionado Valor a		(301)	(100)	(134.353)	(108.658)		
Equivalência patrimonial Receitas financeiras 35.455 (127.134) (16.316) (760.252) (17.366) (760.252) (17.366) (117.366) Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) (97.906) (97.906) (97.906) (97.906) (97.906) 594.417 (23.540) Distribuição do valor adicionado 51.705 (97.906)	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	9.806	20.869	509.678	619.346		
Receitas financeiras 6.444 8.359 101.055 117.366 41899 (118.775) 84.739 (642.886) (118.775)	Valor adicionado recebido em transferência						
Valor adicionado total a distribuir S1.705 (97.906) S94.417 (23.540)		35.455	(127.134)	(16.316)	(760.252)		
Valor adicionado total a distribuir 51.705 (97.906) 594.417 (23.540) Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 7.944 7.357 70.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Juros e demais encargos financeiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios	Receitas financeiras						
Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 7.944 7.357 70.922 96.749		41.899	(118.773)	84.739	(042.880)		
Pessoal Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 Togal 7.944 7.357 70.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios - - 14.549 15.779 Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício	Valor adicionado total a distribuir	51.705	(97.906)	594.417	(23.540)		
Remuneração direta 6.946 6.246 58.370 74.155 Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 7.944 7.357 70.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - - 4.355 3.877 Remuneração de capitais próprios - - - 4.549 15.779 Dividendos 8.194 - 8.194 - 8.194 - Lucro (p	Distribuição do valor adicionado						
Benefícios 768 880 6.427 16.751 FGTS 230 231 6.125 5.843 7.944 7.357 70.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de demais encargos financeiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - 14.549 15.779 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios - - 8.194 - 8.194 - - - - 68.937 (442.891) - - - 68.937 (442.891) -	Pessoal						
FGTS 230 231 6.125 5.843 7.944 7.357 70.922 96.749 Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de demais encargos financeiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controlado	*						
Impostos e taxas Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros Juros e demais encargos financeiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 21.564 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores 68.937 (442.891) (568.545)							
Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891)	rui5						
Federais 1.652 1.347 91.303 84.914 Estaduais - - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891)	Importos a tayas						
Estaduais - - 3.826 3.557 Municipais 134 125 11.376 10.795 Remuneração de capitais de terceiros 1.786 1.472 106.505 99.266 Remuneração de capitais de terceiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891) Company de capitais de terceiros - - - - - - - - - - - - -		1.652	1.347	91.303	84.914		
1.786 1.472 106.505 99.266							
Remuneração de capitais de terceiros Juros e demais encargos financeiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - 14.549 15.779 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)	Municipais	134	125		10.795		
Juros e demais encargos financeiros 20.411 18.919 307.585 329.334 Aluguéis - - - 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros - - - 14.549 15.779 Remuneração de capitais próprios 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)		1.786	1.472	106.505	99.266		
Aluguéis 4.355 3.877 Outras remunerações de capitais de terceiros 14.549 15.779 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)		20.411	18 010	307 585	320 334		
Outras remunerações de capitais de terceiros - - 14.549 15.779 20.411 18.919 326.489 348.990 Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)	<u> </u>	20.411	10.919				
Remuneração de capitais próprios 8.194 - 8.194 - Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)	•	-	-				
Dividendos 8.194 - 8.194 - Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)		20.411	18.919	326.489	348.990		
Lucro (prejuízo) do exercício 13.370 (125.654) 13.370 (125.654) Participação dos não controladores - - - 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)	Remuneração de capitais próprios						
Participação dos não controladores 68.937 (442.891) 21.564 (125.654) 90.501 (568.545)	Dividendos		-		-		
21.564 (125.654) 90.501 (568.545)		13.370	(125.654)				
	Participação dos não controladores	21.564	(125.654)				
Valor adicionado distribuído <u>51.705</u> (97.906) <u>594.417</u> (23.540)							
	Valor adicionado distribuído	51.705	(97.906)	594.417	(23.540)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Jereissati Participações S.A., sociedades controladas e negócios controlados em conjunto, distribuídas da seguinte forma:

- 1. Informações gerais
- 2. Principais políticas contábeis
- 3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
- 4. Receitas de vendas e/ou serviços
- 5. Despesas por natureza
- 6. Outras receitas e despesas operacionais
- 7. Resultado financeiro
- 8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
- 9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
- 10. Contas a receber
- 11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
- 12. Depósitos e bloqueios judiciais
- 13. Investimentos (inclui Propriedades para investimentos)
- 14. Imobilizado
- 15. Intangível
- 16. Demais ativos
- 17. Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures)
- 18. Programa de refinanciamento fiscal
- 19. Provisões
- 20. Demais obrigações
- 21. Patrimônio líquido
- 22. Benefícios a empregados
- 23. Informações por segmento
- 24. Transações com partes relacionadas
- 25. Seguros
- 26. Outras informações relevantes
- 27. Eventos subsequentes
- 28. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Companhia

A Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é uma holding, sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9° andar parte.

A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e suas controladas ("Iguatemi") é o principal ativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 50,77% do seu capital total e votante.

Em 11 de outubro de 2016, a Companhia vendeu 1.158.752 ações ordinárias da Iguatemi, que correspondiam à uma participação de 0,6562% no capital total e votante da Iguatemi. A venda foi realizada através de leilão, pelo preço de R\$29,55 por ação, totalizando R\$34.241.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos ("shopping centers") são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Investimento na JPSP

A controlada direta JPSP Investimentos e Participações S.A. ("JPSP"), atual denominação da Jereissati Telecom S.A. (Nota 26), é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detêm 99,62% do capital votante e 98,80% do capital total da JPSP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia aumentou sua participação na JPSP, através da compra de 6.571.111 ações ordinárias e 3.996.606 ações preferenciais detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("Previ"), que correspondia à uma participação de 19,43% no capital total e 19,52% no capital votante da JPSP. A aquisição foi realizada através de leilão, pelo preço de R\$0,96 por ação, totalizando R\$10.145. Como resultado, a Companhia ficou obrigada a realizar a Oferta Pública de Ações ("OPA") por Aumento de Participação.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2016, os membros do conselho decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

(i) aprovaram a realização da OPA para Cancelamento de Registro da JPSP ("OPA para Cancelamento de Registro") de maneira unificada com a OPA por aumento de Participação ("OPA por aumento de Participação" e, em conjunto com a OPA para Cancelamento de Registro, "Oferta"), com as seguintes características e condições principais: (a) a Instituição Intermediária deverá se dispor a adquirir, por conta e ordem da Companhia, até a totalidade das ações de emissão da JPSP em circulação ("Ações Objeto da Oferta"); (b) a Oferta está condicionada a não ocorrência de determinados eventos a serem relacionados no edital da Oferta ("Edital") até o dia útil imediatamente anterior à data de realização do leilão da Oferta ("Data do Leilão") ("Leilão"). O implemento de tais eventos não dependerá de atuação direta ou indireta da Companhia ou pessoas vinculadas à Companhia, nos termos da Instrução CVM 361; (c) o Cancelamento de Registro somente poderá ser realizado se os titulares de Ações Objeto da Oferta que (i) se habilitarem para o Leilão, nos termos a serem previstos no Edital ("Acionistas Habilitados"), e (ii) (1) venderem suas ações de emissão da JPSP em circulação no âmbito da Oferta; ou (2) expressamente concordarem com o Cancelamento de Registro, sem a venda de suas ações de emissão da JPSP em circulação no âmbito da Oferta, nos termos previstos no Edital ("Acionistas Concordantes"), representarem mais de 2/3 das Ações para cancelamento de Registro (assim entendidas como (i) as ações de emissão da JPSP em circulação de titularidade dos Acionistas Concordantes; e (ii) as ações de emissão da JPSP em circulação de titularidade dos Acionistas Habilitados que discordarem do cancelamento de Registro) ("Condição para Cancelamento de Registro"). Caso a Condição para Cancelamento de Registro não seja satisfeita, a Companhia, nos termos do artigo 15 da Instrução da CVM 361, desistirá da OPA para Cancelamento de Registro, prosseguindo, no entanto com a Oferta apenas com relação à OPA de Aumento de Participação, nos termos a serem previstos no Edital. Se, após a data de liquidação do Leilão, remanescerem em circulação menos que 5% do total das acões de emissão da JPSP, a Companhia terá o direito de convocar uma assembleia geral de acionistas da JPSP para deliberar sobre o resgate dessas acões, nos termos a serem estabelecidos no Edital. Caso venha a adquirir mais de 2/3 das ações de emissão da JPSP em circulação no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º, da Instrução CVM 361, a Companhia ficará obrigada a adquirir, nas condições a serem estabelecidas no Edital, as ações de emissão da JPSP em circulação remanescentes, pelo prazo de três meses contados da Data do Leilão, pelo Preço por Ação, atualizado nos termos a serem previstos no Edital; (d) a liquidação da Oferta será realizada pela Câmara de Compensação e Liquidação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), na modalidade liquidação bruta, de acordo com os Procedimentos Operacionais da Câmara de Compensação, Liquidação e Gerenciamento de Riscos de Operações no Segmento Boyespa e da Central Depositária de Ativos da BM&FBOVESPA; (e) a unificação da OPA por Aumento

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- de Participação e da OPA para Cancelamento de Registro, por meio da Oferta, está sujeita à aprovação pela CVM, nos termos da Deliberação nº 756 de 4 de novembro de 2016.
- (ii) ratificaram a contratação de BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, para atuar como Instituição Intermediária.
- (iii) ratificaram a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda, para atuar como Avaliador.
- (iv) aprovaram, para fins do artigo 4°, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, para cada Ação Objeto da Oferta o valor de R\$1,02 ("Preço por Ação"), correspondente a 106% do preço médio ponderado pelo volume nos últimos 30 dias por Ação Objeto da Oferta, considerando o dia 18 de novembro, data em que a JPSP comunicou ao mercado o Aumento de Participação.
- (v) autorizaram a diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários à consecução da Oferta.

Até a data da emissão destas Demonstrações Financeiras, o Pedido de Registro de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de emissão da JPSP, cumulado com o Pedido de Cancelamento de Registro na Categoria A, e os demais documentos relativos a Oferta, estão sob análise da CVM e BMF&BOVESPA e, consequentemente sujeitos às devidas aprovações.

JPSP

Na data destas Demonstrações Financeiras, a JPSP possuía como investimentos, 100% da Infinity Trading Limited. ("Infinity"), e da Nanak RJ Participações S.A. ("Nanak"); 50% da Alium Participações S.A. e 15,27% das cotas do FIP GJ Real State.

O investimento de 0,8161% no capital total e votante da Iguatemi, detido pela JPSP, que correspondia a 1.441.248 ações ordinárias da Iguatemi, foi vendido através de leilão realizado em 11 de outubro de 2016, pelo preço de R\$29,55 por ação, totalizando R\$42.589.

A Infinity, subsidiária integral da JPSP, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A Nanak, subsidiária integral da JPSP, com sede à Rua Angelina Maffei Vita, 200 9° andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, é sociedade anônima, que em 31 de dezembro de 2016, não possuía ativos relevantes, tendo vendido até a data destas Demonstrações Financeiras, as suas ações da Oi S.A. ("Oi"), único ativo da companhia, anteriormente representado pela sua participação de 11,465% no fundo FIA Caravelas.

O FIA Caravelas foi constituído em 18 de fevereiro de 2014, com o propósito de servir como veículo no processo de simplificação societária em atendimento a reorganização referente à união das atividades entre a Oi e a Pharol, SGPS S.A. ("Pharol"). Em 7 de março de 2016, foi realizado o resgate total das cotas do FIA Caravelas, tendo sido transferido para a Nanak a quantidade de 5.625.174 ações OIBR3 e um caixa de R\$277.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado a redução de Capital da JPSP, no montante de R\$118.685, sem o cancelamento de ações, mantendose inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da JPSP. A redução de capital ora aprovada, tornou-se efetiva em 21 de fevereiro de 2017 (Nota 27) e consistiu (i) do total, o montante de R\$92.583 para absorção de prejuízos no montante dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2015; e (ii) o valor de R\$26.102 para restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações.

Com a efetivação da redução de capital aprovada, o *caput* do Artigo 5° do Estatuto Social da JPSP passou a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 107.362.535,88 (cento e sete milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos), representado em 54.380.145 (cinquenta e quatro milhões, trezentas e oitenta mil, cento e quarenta e cinco) ações, sendo 33.667.626 (trinta e três milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, seiscentas e vinte e seis) ações ordinárias e 20.712.519 (vinte milhões, setecentas e doze mil, quinhentas e dezenove) ações preferencias, todas sem valor nominal."

Segmento de Contact Center e Serviços

A JPSP passou a deter participação direta de 44,91% no capital total e votante da CTX Participações S.A. ("CTX"), após as incorporações da Dronten RJ Participações S.A. ("Dronten") e Detmold RJ Participações S.A. ("Detmold") realizadas em 4 de maio de 2015. A Companhia participava indiretamente no capital da Contax Participações S.A. ("Contax Participações"), através da sua controlada direta da JPSP.

A CTX deixou de ser controladora da Contax Participações com a realização da Assembleia Geral Extraordinária da Contax Participações, em 20 de abril de 2016, que aprovou dentre outras matérias, a conversão da totalidade das ações preferenciais da Contax Participações em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada ação ordinária e a extinção dos certificados de depósitos de ações de emissão da Contax Participações (units).

Ainda como parte deste processo e alinhado aos objetivos da sua controlada JPSP em relação ao seu investimento na CTX, em Assembleia Geral Extraordinária da CTX, realizada em 30 de junho de 2016, foi aprovado a sua dissolução, na forma do art. 206, I, "c" da Lei das S.A., e a nomeação de Antaki & Antaki Advogados como liquidante para a prática dos atos necessários à liquidação; e conforme divulgado por meio de Fato Relevante em 18 de julho de 2016, a partir desta data, o Acordo de Acionistas da CTX foi revogado.

Como consequência, e de acordo com os itens 12A e 15A, do CPC 31, a JPSP passou a registrar o seu investimento na CTX, como "Bens para devolução aos sócios", no ativo não circulante. O ativo foi reconhecido pelo menor valor, entre seu valor contábil e seu valor justo, já líquido da provisão para perda referente aos ágios alocados neste investimento, no montante de R\$23.611 (Nota 6).

Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária da CTX, realizada em 30 de agosto de 2016, foi aprovado entre outras matérias, a partilha parcial dos bens da CTX, tendo sido atribuído a JPSP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) 352.893 ações ordinárias da Contax Participações; (ii) o crédito de R\$2.516 correspondente aos dividendos a receber da Contax Participações; e (iii) 20.795 debêntures da primeira série da 4ª emissão da Contax Participações, no montante de R\$21.834 (Nota 26). Na data destas Demonstrações Financeiras, as 352.893 ações ordinárias da Contax Participações, o crédito dos dividendos e as debêntures foram integralmente transferidas para JPSP, tendo sido, as ações da Contax Participações, registradas como instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, as debêntures como Debêntures a receber líquidas de provisão para perda (Nota 6), e o crédito dos dividendos da Contax Participações como dividendos a receber.

Em Assembleia Geral Extraordinária da CTX, realizada em 10 de fevereiro de 2017, foi aprovado o encerramento da liquidação e a extinção da CTX, nos termos do inciso I do Art. 219 da Lei nº. 6.404/76 (Nota 27).

Outros Segmentos de Negócios

A Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. ("Sollers") investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. ("BRIO").

O principal objetivo da Brio é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro (à exceção de Shopping Centers), e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detém 40% do seu capital total e votante.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas a seguir.

		Participação Acionária					
		_	Dire	eta	Indi	eta	
Sociedade	Atividade	País sede	2016	2015	2016	2015	
Segmento de Shopping Centers							
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (i)			50,77%	51,46%	-	0,65%	
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A.							
("AGSC") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	18,28%	18,76%	
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda.							
("AEMP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda							
("AEST") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
CSC132 Comércio Varejista Ltda ("Polo")	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
CSC142 Participações Ltda ("OLSC")	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda							
("01GL") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	40,62%	41,69%	
I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda							
("IESTAPA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	
Iguatemi Outlets do Brasil ("OLNH") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-						
Retail") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("JK ADM") (i)	Shopping Contar	Brasil		_	50,77%	52,11%
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	Shopping Center	Diasii	-	-	30,77%	32,11%
(JKIG) (i)	Shopping Center	Brasil	_	_	50,77%	52,11%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	32,49%	33,35%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e						
Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing	Chamina Cantan	D1			50.770/	52 110/
Mall") (i) Market Place Participações e Empreendimentos	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
Imobiliários Ltda ("MPPart") (i)	Shopping Center	Brasil	_	_	50,77%	52,11%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda	11 0					
("01NG")	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	16,92%	17,37%
Ork Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda ("ORKE") (i)	Shopping Contar	Brasil		_	50,77%	52,11%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	Shopping Center Shopping Center	Brasil	-	_	40,62%	41,69%
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRP") (i)	Shopping Center	Brasil	_	_	50,77%	52,11%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB")	11 0					
(i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,77%	52,11%
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	Cl	D11			50.770/	50 110/
("SPHI") (i)	Shopping Center	Brasil			50,77%	52,11%
JPSP (i)			98,80%	79,37%		
Nanak RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil	-	-	98,80%	79,37%
Infinity Trading Limited (i)	Holding	Ilhas				
		Virgens Britânicas		_	98,80%	79,37%
Alium Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	_	-	49,40%	39,69%
					,	,
Segmento de Contact Center e Serviços						
CTX Participações S.A.(ii) (iii)		Brasil	-	-	-	35,65%
Contax Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	-	8,27%
Ability (ii)	Trade marketing	Brasil	-	-	-	8,27% 8,27%
Contax Mobitel (ii) TODO Tecnologia da Informação S.A.(ii)	Contact Center Tecnologia da informação	Brasil Brasil	-	-	-	8,27%
TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A. (ii)	Tecnologia & Informação	Brasil	-	_	-	8,27%
Venecia S.P. Participações S.A.(ii)	Contact Center	Brasil	_	_	_	8,27%
BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda (ii)		Brasil	_	_	-	8,27%
Contax Sucursal Empresa Extranjera (ii)	Contact Center	Argentina	-	-	-	8,27%
Stratton Spain SL (ii)	Holding	Espanha	-	-	-	8,27%
Multienlace S.A.S.(ii)	Contact Center	Colombia	-	-	-	8,27%
Stratton Peru S.A.(ii)	Contact Center	Peru	-	-	-	8,27%
Bex S.A.(ii)		Espanha	-	-	-	8,27%
Allus Spain SL (ii)	Contact Center	Espanha	-	-	-	8,27% 8,27%
Allus Peru S.A.(ii) Stratton Argentina S.A.(ii)	Contact Center	Peru Argentina	-	_	-	8,27% 8,27%
Stratton Chaco S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	_	_	_	8,27%
Stratton Nea S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	_	_	-	8,27%
Stratton Res S.A.(ii)	Contact Center	Argentina	-	-	-	8,27%
Outras companhias						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A.(ii)	Gestão e administração					
	da propriedade		10.00	10.00		
EID CL Deal State (i)	imobiliária	Brasil	40,00%	40,00%	15 000/	12 220/
FIP GJ Real State (i) FIP BRIO Real State (i)	Fundo de investimento Fundo de investimento	Brasil Brasil	69,46% 44,44%	66,70% 44,44%	15,09%	13,22%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (i)	Holding	Brasil	,	,	50,77%	52,11%
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		J			20,7770	5=,1170

⁽i) Controladas diretas e indiretas da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Negócios controlados em conjunto indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia (Nota 26)
- (iii) Em Assembleias Gerais Extraordinárias da CTX, realizadas em 30 de junho de 2016 e 30 de agosto e 2016, foi aprovado a sua dissolução, na forma do art. 206, I, "c" da Lei das S.A.; e a partilha dos bens da CTX, respectivamente (Notas 1 e 27).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as Demosntrações Financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas, despesas e lucros não realizados, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

As investidas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia, suas controladas do Segmento de Shoppings Centers, e demais coligadas e controladas, atuam, respectivamente como holdings, administradora de shopping centers no mercado brasileiro e em atividades correlacionadas (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de produtos e serviços das controladas diretas e indiretas;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, das controladas diretas e indiretas;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores das controladas diretas e indiretas;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação destas Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

Quando aplicável, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinadas controladas indiretas possuem investimentos em empresas não operacionais com sede no exterior (Nota 1), que utilizam moeda funcional diferente do Real (R\$). Desta forma, os ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, impactando de forma reflexa indiretamente o patrimônio da Companhia.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Diretoria. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Combinações de negócios

A Companhia e suas controladas optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia e suas controladas procedem com a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, testes são efetuados para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), o valor recuperável é testado anualmente, ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os valores são registrados inicialmente pelo valor nominal dos recebíveis, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linearização da receita. A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses créditos, a qual é considerada suficiente pela Administração para a cobertura dessas perdas.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais.

Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).

Investimentos em negócios controlados em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual uma companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os negócios controlados em conjunto da Companhia são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido, e não são consolidados.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. Adicionalmente, é

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

divulgado a título de informação complementar o valor justo das propriedades para investimento conforme Nota 13 (c). Periodicamente, a vida útil e o valor residual das propriedades para investimentos são revisados.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na (Nota 14).

Intangível

Os ágios reconhecidos na aquisição dos investimentos com fundamento econômico na expectativa de lucros futuros foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 de forma linear, com base no período de lucratividade estimada na aquisição. A recuperação do saldo contábil é testada anualmente, ou em decorrência de eventos ou circunstâncias que representem indicadores de perda de valor. Para fins do teste de recuperação, os ágios são alocados à unidade geradora de caixa da forma como são monitorados pela Administração. O valor recuperável é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que incluem o fluxo de caixa futuro descontado e a análise de dados de mercado comparáveis.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de impairment para análise do seu valor recuperável (Nota 15).

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia e das suas controladas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Instrumentos Financeiros

A categoria é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no caso da Companhia, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 17) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital. Quando as ações em tesouraria são canceladas, o valor pago é deduzido das reservas de lucros.

Benefícios a empregados

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planos de previdência privada

A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e JPSP mantém plano de previdência complementar de contribuição definida no Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos seus funcionários e a Companhia e suas controladas, contribuem com 100% do valor mensal, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

Plano de opção de compra de ações

A controlada direta Iguatemi possui plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Participações dos empregados no resultado

A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, sendo que todos os funcionários elegíveis participam de forma proporcional ao tempo trabalhado no ano, conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas consolidadas da Companhia, representadas substancialmente pelas receitas de aluguéis do Segmento de Shopping Centers são reconhecidas pelo regime de competência e respeitando o prazo dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. Os impostos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos, quando constituídos. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, o qual a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre venda de mercadoria (12% para contribuição social) e de 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, nem estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elabora as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme requerido pela

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

legislação societária brasileira para as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira suplementar.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia e de suas controladas, se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos, incluem estimativas referentes ao reconhecimento de receitas, à provisão para crédito de liquidação duvidosa, à redução ao valor recuperável de ativos de longa duração, a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões para benefícios a empregados, às provisões de participações dos empregados no resultado, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares.

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), os ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto total desta adoção.

- IFRS 14 Ativos e Passivos Regulatórios (Regulatory Deferral Accounts)
- Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation) Alterações CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38

• IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15, Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida para entidades que reportam em IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando nova norma para determinação dos efeitos na adoção.

• IFRS 16 - Leasing

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB divulgou IFRS 16, Leasing, que tem como objetivo exigir que todos os contratos de leasing sejam informados no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida para entidades que reportam em IFRS.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

					Con	troladora
	,		2016			2015
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	17	-	17	19	-	19
Aplicações financeiras	38.325	-	38.325	29.894	-	29.894
Contas a receber	-	-	-	-	28	28
Dividendos a receber	-	19.484	19.484	-	23.356	23.356
Devolução de capital a receber (Nota 27)		25.789	25.789			
Total	38.342	45.273	83.615	29.913	23.384	53.297

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
		2016		2015
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	2.150	2.150	972	972
Fornecedores	238	238	96	96
Empréstimos e financiamentos	124.759	124.759	124.896	124.896
Programa de refinanciamento fiscal	301	301	458	458
Total	127.448	127.448	126.422	126.422

								Consolidado
				2016				2015
	Valor justo através do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	186.472	-	-	186.472	132.883	-	-	132.883
Aplicações financeiras	434.945	33.059	-	468.004	528.085	34.490	-	562.575
Fundo de investimento em ações	3.317	-	-	3.317	20.947	-	-	20.947
Contas a receber	-	-	239.165	239.165	-	-	260.075	260.075
Debêntures a receber	-	-	21.834	21.834	-	-	-	-
Provisão para perda no valor recuperável	-	-	(21.834)	(21.834)	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	2.516	2.516	-	-	2.603	2.603
Créditos com partes relacionadas	-	-	121.565	121.565	-	-	116.342	116.342
Demais ativos	-	-	4.482	4.482	-	-	12.251	12.251
Total	624.734	33.059	367.728	1.025.521	681.915	34.490	391.271	1.107.676

_				Consolidado
		2016		2015
_	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	29.500	29.500	31.973	31.973
Fornecedores	11.759	11.759	29.603	29.603
Empréstimos e financiamentos	2.364.805	2.364.805	2.364.035	2.364.035
Dividendos a pagar	18.899	18.899	21.664	21.664
Devolução de capital a pagar (Nota 27)	313	313	-	-
Programa de refinanciamento fiscal	2.617	2.617	3.982	3.982
Outras contas a pagar	11.421	11.421	65.222	65.222
Total	2.439.314	2.439.314	2.516.479	2.516.479

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A tabela abaixo demonstra a hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro 2016 e de 2015.

		Valor justo					
		(Controladora		Consolidado		
Ativos	Hierarquia do valor justo	2016	2015	2016	2015		
Caixa e bancos	Nível 1	17	19	16.376	33.233		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Nível 2	-	1.171	44.580	17.681		
Debêntures	Nível 2	1.420	641	54.832	47.461		
Letras financeiras do Tesouro - LFT	Nível 1	21.620	12.251	200.432	198.854		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Nível 1	-	5.293	185.487	96.242		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Nível 1	743	1.338	4.750	11.056		
Fundos de terceiros	Nível 2	71	1.573	2.277	16.447		
Letras financeiras	Nível 2	14.471	7.627	111.780	202.219		
Aplicações financeiras compromissadas	Nível 2	-	-	27.517	6.643		
Aplicações financeiras - DPGE	Nível 2	-	-	-	8.000		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações de companhias fechadas	Nível 3	-	-	6.445	54.632
Fundo de investimento em cotas	Nível 3	-	-	-	2.991
Ações (i)	Nível 1	ı	ı	3.317	20.947
Total dos Ativos		38.342	29.913	657.793	716.406

 ⁽i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se as ações da Contax Participações (CTAX3) (Nota 1); em 31 de dezembro de 2015 refere-se as ações da Oi (OIBR3).

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas nas suas Demonstrações Financeiras.

As controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos para Companhia e suas controladas consolidadas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos financeiros estão assim representados no balanço:

AtivoAplicações financeiras

			·	ontroladora
		2016		2015
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	38.325	38.325	29.894	29.894
_	38.325	38.325	29.894	29.894

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	-	2016		2015
		Valor	Valor	Valor
	Valor Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	170.096	170.096	99.650	99.650
Aplicações financeiras	461.551	461.551	507.943	507.942
	631.647	631.647	607.593	607.592

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consolidadas em suas Demonstrações Financeiras consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, CDI e TJLP. No caso da TR, foi mantido a taxa de 2%, tendo em vista que a sua variação é inexpressiva. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2016								
Cenários de taxas de juros								
Ce	enário prováv	vel	Cenário possível Cenário		enário remot	remoto		
CDI	TJLP	IPCA*	CDI	TJLP	IPCA*	CDI	TJLP	IPCA*
14,06%	7,50%	6,29%	17,57%	9,38%	7,86%	21,09%	11,25%	9,44%

^(*) taxa acumulada dos últimos 12 meses

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI, TJLP, e à TR com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

				C	ontroladora
			Ī		2016
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Total
Cenário Provável					
Dívidas em CDI	-	18.155	20.479	3.704	42.338
Total vinculado a taxas de juros		18.155	20.479	3.704	42.338
Cenário Possível					
Dívidas em CDI	Alta do CDI	22.702	27.838	6.320	56.860
Total vinculado a taxas de juros		22.702	27.838	6.320	56.860
Cenário Remoto					
Dívidas em CDI	Alta do CDI	27.252	36.163	9.774	73.189
Total vinculado a taxas de juros		27.252	36.163	9.774	73.189
Impactos estimados no valor justo dos inst	rumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável	•	4.547	7.359	2.616	14.522
CDI		4.547	7.359	2.616	14.522
Cenário Remoto - Cenário Provável		9.097	15.684	6.070	30.851
CDI	_	9.097	15.684	6.070	30.851

					(Consolidado
				7		2016
0 ~	D	A / C 4	2 2		Maiores que 5	TD 4.1
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	-	203.546	288.602	168.591	281.610	942.349
Dívidas em IPCA	-	4.172	7.908	91.699	-	103.779
Dívidas em TR	-	27.140	51.100	39.048	86.011	203.299

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dívidas em TJLP	-	12.885	9.389	783	-	23.057
Total vinculado a taxas de juros		247.743	356.999	300.121	367.621	1.272.484
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	246.997	357.008	209.182	343.444	1.156.631
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	4.187	8.111	97.508	-	109.806
Dívidas em TR	Alta do TR	27.141	51.109	39.064	86.130	203.444
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	15.025	11.337	977	-	27.339
Total vinculado a taxas de juros		293.350	427.565	346.731	429.574	1.497.220
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	289.661	425.291	250.022	404.048	1.369.022
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	4.202	8.320	103.678	-	116.200
Dívidas em TR	Alta do TR	27.143	51.118	39.079	86.250	203.590
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	17.159	13.361	1.188	-	31.708
Total vinculado a taxas de juros		338.165	498.090	393.967	490.298	1.720.520
Impactos estimados no valor justo dos	instrumentos finai	iceiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		45.607	70.566	46.610	61.953	224.736
CDI		43.451	68.406	40.591	61.834	214.282
IPCA		15	203	5.809	-	6.027
TR		1	9	16	119	145
TJLP		2.140	1.948	194	-	4.282
Cenário Remoto - Cenário Provável		90.422	141.091	93.846	122.677	448.036
CDI		86.115	136.689	81.431	122.438	426.673
IPCA		30	412	11.979	-	12.421
TR		3	18	31	239	291
TJLP		4.274	3.972	405	-	8.651

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos de crédito da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de crédito de suas controladas que representam os segmentos de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros e não financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 17, na seção "Covenants" para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

		Controladora_		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Aluguéis	-	-	520.277	473.908
Estacionamento	-	-	142.049	128.036
Prestação de serviços	2.507	2.492	53.137	50.291
Outros (*)	-	-	54.626	63.188
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.507	2.492	770.089	715.423
Deduções da receita bruta				
Impostos e contribuições	(356)	(354)	(53.604)	(46.988)
Outras deduções	-	-	(47.775)	(31.776)
	(356)	(354)	(101.379)	(78.764)
Receita de vendas e/ ou serviços	2.151	2.138	668.710	636.659

^(*) O valor da linha de outros, refere-se substancialmente a apropriação da receita diferida, oriunda da amortização dos recursos recebidos pela cessão de diretos (cessão de estrutura técnica dos shoppings).

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

		Controladora		Consolidado
Despesas por natureza	2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização	(1)	(1)	(108.392)	(102.817)
Pessoal	(9.130)	(8.473)	(69.314)	(92.830)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estacionamento	-	-	(38.445)	(36.996)
Serviços de terceiros	(835)	(759)	(17.603)	(21.257)
Fundo de promoção	-	-	(6.071)	(9.877)
Remuneração baseada em ações	-	-	(1.391)	(2.876)
Outros custos e despesas	(8.482)	(13.394)	(59.421)	(70.566)
	(18.448)	(22.627)	(300.637)	(337.219)

		Controladora		Consolidado
Classificadas como:	2016	2015	2016	2015
Custos dos bens e/ou serviços vendidos Despesas gerais e administrativas	(309) (18.139)	(141) (22.486)	(208.423) (92.214)	(210.890) (126.329)
Despesas gerais e administrativas	(18.448)	(22.627)	(300.637)	(337.219)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Resultado na alienação de ativo permanente (i) Reclassificação ajustes reflexos dos	16.931	-	37.271	-
investimentos	-	32.464	1.450	120.216
Ganho na alienação de imóveis	-	-	-	28.247
Receita na revenda de ponto	-	-	-	20.218
Taxas e multas contratuais	-	-	-	5.445
Ganho, líquido na participação de investimentos Reversão de provisão, liquida de perdas com	-	-	-	2.431
processos judiciais	-	-	-	491
Dividendos prescritos	-	220	-	294
Outras receitas (ii)	12		33.360	11.684
_	16.943	32.684	72.081	189.026

Outras despesas operacionais	C	ontroladora_		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Provisão para perda no valor recuperável (iii)	-	-	(21.834)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(12.612)	(7.628)
Amortização de intangível – concessão (iv)	-	-	(24.843)	(5.713)
Perda, liquida de reversão, em processos				
judiciais	(300)	(99)	(1.115)	-
Tributos	-	-	(264)	(288)
Perdas de participação societária	-	-	(23)	-
Perda na baixa de ativo permanente	-	-	(70)	(891)
Outras despesas	(35)	(56)	(1.363)	(4.866)
_	(335)	(155)	(62.124)	(19.386)

⁽i) Refere-se ao resultado da venda das ações da Iguatemi, realizadas pela Companhia e sua controlada JPSP (Nota 1).

⁽ii) No consolidado, outras receitas operacionais são representadas, principalmente, por receitas de revendas de pontos, taxas de transferências de lojas e multas por rescisão de contratos de lojistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	4.579	4.718	67.799	60.396
Juros e variações monetárias sobre outros ativos Juros e variações monetárias sobre empréstimos a	1.795	1.647	21.519	53.209
receber de partes relacionadas	-	-	11.430	525
Dividendos recebidos	-	1.920	-	2.187
Atualização monetária de depósitos judiciais	70	74	172	167
Outras receitas	<u> </u>	<u> </u>	135	882
	6.444	8.359	101.055	117.366

Despesas financeiras		Controladora		Consolidado
_	2016	2015	2016	2015
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(19.389)	(18.350)	(169.483)	(119.858)
Juros sobre debêntures	-	-	(120.573)	(153.964)
Perda com ativos financeiros a valor justo (i) Imposto sobre operações financeiras e encargos	-	-	(12.071)	(51.626)
bancários Juros e variações monetárias sobre outros	(941)	(253)	(5.566)	(2.821)
passivos Juros sobre impostos e contribuições parcelados e	-	(1)	(3.529)	(6.696)
refinanciamento fiscal	(48)	(27)	(414)	(235)
Atualização monetária de provisões	(62)	(3)	(62)	(3)
Resultado com venda de ações	-	-	-	(241)
Outras despesas	(206)	(285)	(15.100)	(11.950)
_	(20.646)	(18.919)	(326.798)	(347.394)
	(14.202)	(10.560)	(225.743)	(230.028)

⁽i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a variação do total de ações da Contax Participações e do total das ações da Oi detidas pela controlada indireta da Companhia, a Nanak. Em 31 de dezembro de 2015, refere-se as ações da Oi detidas pela JPSP e pela Nanak.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

⁽iii) No consolidado, refere-se à provisão para perda das debêntures a receber da Contax Participações no montante de R\$21.834, registrado pela controlada JPSP.

⁽iv) No consolidado, inclui a baixa efetiva do ágio sobre os investimentos no montante de R\$23.611 (Nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

				Consolidado
		2016		2015
Tributos correntes		(58.785)		(49.946)
Tributos diferidos		13.315		2.601
Total		(45.470)		(47.345)
		_		
		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos impostos e das participações	21.564	(125.654)	135.971	(521.200)
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de				
IR/CSLL	-	-	(102.206)	(95.547)
Total do resultado tributável	21.564	(125.654)	33.765	(616.747)
IDDI - CCI I l l4 - l - 4-24/1				
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(7.332)	42.722	(11.480)	209.694
	(7.332)	42.722	(11.400)	207.074
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições)				
permanentes (i)	(2.529)	6.624	(16.105)	31.599
Efeito tributário sobre exclusões (adições)	1 212	220	(6.010)	400
temporárias	1.212	229	(6.919)	482
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	12.055	(43.226)	(5.505)	(258.486)
		` '	` ′	, ,
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(3.406)	(6.349)	(5.564)	(30.525)
Outros	_		103	(109)
Imposto de renda e contribuição social, de				
acordo com a demonstração do resultado			(45.470)	(47.345)

- (i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.
- (ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa (Nota 11).

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, títulos mantidos para negociação e mantidos até o vencimento e são mensuradas pelos seus respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio de fundos de investimentos, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo que é garantido resgate imediato dos recursos nos fundos, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Caixa	17	19	16.376	33.233	
Equivalentes de caixa (i) (c)			170.096	99.650	
Total	17	19	186.472	132.883	

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolid	
	2016	2015	2016	2015
Fundos de investimentos (ii) (c)	38.325	29.894	392.870	470.440
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	35.613	-
Aplicações financeiras compromissadas (vi)	-	-	27.517	6.643
Ações de companhias fechadas	-	-	6.453	54.632
Letras Financeiras (iv)	-	-	5.542	19.846
Ações (iii)	-	-	3.317	20.947
Títulos públicos	-	-	9	23
Fundo de investimentos em cotas	-	-	-	2.991
Aplicações financeiras - DPGE (v)	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	8.000
Aplicações financeiras	38.325	29.894	471.321	583.522
Circulante	38.325	29.894	464.868	528.890
Não circulante	-	-	6.453	54.632

- (i) Referem-se a Fundos de investimentos
- (ii) Os fundos de investimentos são compostos substancialmente por fundos de renda fixa, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 14,21% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 12,71%).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se as ações da Contax Participações (CTAX3). Em 31 de dezembro de 2015, refere-se as ações da Oi detidas pelo FIA Caravelas e pela JPSP (Nota 1).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2016, as letras financeiras da instituição financeira Banco Santander (Brasil S.A.), classificadas como títulos mantidos até o vencimento em função de sua característica, tem por objetivo a garantia do empréstimo celebrado entre a CSC 41 Participações Ltda e o Banco Santander em 31 de janeiro de 2013, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$106.320. Em 31 de dezembro de 2016, a Iguatemi possui capacidade financeira de manter o título até o seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2015, as letras financeiras da instituição financeira Banco Santander (Brasil S.A.), classificadas como títulos mantidos até o vencimento em função de sua característica, tem por objetivo a garantia do empréstimo na modalidade de crédito imobiliário, firmado entre a controlada Iguatemi e (i) a Fundação dos Economiários Federais FUNCEF e o Banco Santander em 8 de agosto de 2006; e (ii) Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda em 31 de agosto de 2006; e a Fundação Sistel de Seguridade Social SISTEL e o Banco Santander em 31 de agosto de 2016. Em 8 de agosto de 2016, 30 de agosto de 2016 e 27 de outubro de 2016, as operações foram liquidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) As aplicações financeiras, na modalidade de Depósitos a prazo com garantia especial ("DPGE"), da instituição financeira Banco BTG Pactual S/A, foram classificadas como títulos mantidos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2016, a operação foi liquidada.
- (vi) As aplicações financeiras compromissadas da instituição financeira Itaú Unibanco S.A., classificadas como títulos mantidos até o vencimento, tem por objetivo a garantia de um empréstimo na modalidade de Certificado de Recebível Imobiliário ("CRI") com vencimentos em 19 de junho de 2023 e 17 de setembro de 2025, firmado entre a controlada Iguatemi e os bancos Banco BTG Pactual S/A (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S/A (Coordenadores ou Sindicato). Em 31 de dezembro de 2016, a Iguatemi possui capacidade financeira de manter o título até o seu vencimento.

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos públicos		-	170.096	99.650
Títulos classificados em equivalentes de caixa	-	-	170.096	99.650
Títulos públicos	22.363	18.883	220.557	206.479
Títulos privados	15.891	8.267	163.247	233.542
CDB – Certificados de Depósito Bancário	-	1.171	8.967	17.681
Outros	71	1.573	99	12.738
Títulos classificados em aplicações financeiras	38.325	29.894	392.870	470.440
Fundos de investimentos	38.325	29.894	562.966	570.090

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	2015	2016	2015
Aluguéis a receber	-	145.737	130.901
Venda de imóveis (i)	-	112.026	130.089
Co-participação a receber (ii)	-	15.324	24.340
Outros	28	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-</u>	(33.922)	(25.255)
Total	28	239.165	260.075
Circulante	28	154.497	176.220
Não circulante	-	84.668	83.855

- (i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis realizadas pelas investidas PBES, CS41, SCRP, SJRP e 01NG no consolidado, atualizado mensalmente pelos índices INCC/FGV e/ou IGP-M/FGV.
- (ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado em função do prazo do aluguel contratado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

		Consolidado
	2016	2015
A vencer de 721 a 1440 dias	64.192	47.108
A vencer de 361 a 720 dias	20.476	36.747
A vencer até 360 dias	144.174	165.018
Vencidas até 30 dias	4.487	4.228
Vencidas de 31 a 60 dias	2.860	1.979
Vencidas de 61 a 90 dias	1.414	1.102
Vencidas de 91 a 120 dias	1.357	1.592
Vencidas de 121 a 360 dias	11.533	7.104
Vencidas há mais de 360 dias	22.594	20.452
Total	273.087	285.330

A Iguatemi e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos e a vencer, cujos clientes possuem valores em atraso com prazos superiores a 360 dias. Também constituem provisão para casos específicos que apresentem risco de eventuais perdas, de acordo com análise efetuada pela sua Administração.

O saldo da rubrica "Contas a receber" inclui valores vencidos no fim do exercício, para os quais a Iguatemi e suas controladas não constituem provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os valores ainda são considerados recuperáveis pela Iguatemi e suas controladas.

O saldo da rubrica "Contas a receber" foi classificado na categoria de ativos financeiros "empréstimos e recebíveis".

Abaixo a composição por vencimento dos títulos, que não formam a base para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

			(Consolidado
	2016	%	2015	%
A vencer	228.842	83,8%	248.873	87,2%
Vencidas até 60 dias	7.347	2,7%	6.207	2,2%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.414	0,5%	1.102	0,4%
Vencidas de 91 a 120 dias	1.357	0,5%	1.592	0,6%
Vencidas de 121 a 360 dias	11.533	4,2%	7.104	2,5%
Vencidas há mais de 360 dias	22.594	8,3%	20.452	7,1%
Total	273.087	100%	285.330	100%

Com base na avaliação dos riscos de créditos a receber, a Iguatemi considera que para os títulos mencionados anteriormente, não são esperadas eventuais perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2015	(20.356)
Constituições, líquidas de reversões e baixas definitivas	(4.899)
Saldo em 31/12/2015	(25.255)
Constituições, líquidas de reversões e baixas definitivas	(12.612)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	3.945
Saldo em 31/12/2016	(33.922)

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Iguatemi e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório.

A composição por idade de vencimentos dos valores incluídos nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2016	2015	
A vencer	2.547	1.343	
Vencidas até 30 dias	412	234	
Vencidas de 31 a 60 dias	497	290	
Vencidas de 61 a 90 dias	253	151	
Vencidas de 91 a 120 dias	494	280	
Vencidas de 121 a 360 dias	7.125	2.505	
Vencidas há mais de 360 dias	22.594	20.452	
Total	33.922	25.255	

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	C	ontroladora		Consolidado	
		Ativo	A		
	2016	2015	2016	2015	
Tributos correntes a recuperar			_		
Impostos retidos na fonte- IR/CS (i)	927	920	3.089	20.045	
Antecipação de Imposto de Renda (i)	-	-	317	651	
Antecipação de Contribuição Social (i)	-	-	73	235	
Impostos a recuperar (iii)	-	-	13.651	-	
Outros tributos correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	7.548	6.450	
	927	920	24.678	27.381	
Tributos diferidos e a recuperar					
IR e CS - sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	4.259	4.187	
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base	-	-	100.481	64.485	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

negativa (ii)				
Impostos a recuperar (iii)	18.485	16.502	24.927	22.633
	18.485	16.502	129.667	91.305
Circulante Não circulante	927 18.485	920 16.502	24.678 129.667	27.381 91.305
Nuo enculante	10.403	10.302	123.007	71.303
	(Controladora		Consolidado
		Passivo		Passivo
	2016	2015	2016	2015
Tributos correntes a recolher Imposto de Renda e Contribuição Social a				
pagar	-	-	12.400	13.789
Outros	106	100	7.539	6.644
Circulante	106	100	19,939	20.433
Tributos diferidos				
IR/CS diferido sobre receita diferida			13.165	17.981
IR/CS sobre diferenças temporárias (iv)			91.134	70.715
Não circulante			104.299	88.696

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de Impostos de Renda ("IR"), Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL" ou "CS") e créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento do exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias relacionadas às provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de 7 a 13 anos.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos não constituídos, oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente, a serem compensados com lucros tributários futuros no

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- montante de R\$48.544 (2015 R\$45.138). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$42.085 (2015 R\$40.233).
- (iii) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CSLL realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos.
- (iv) Os valores são apurados com base na receita diferida da controlada Iguatemi, que representam os recursos recebidos pela cessão de direitos (estrutura técnica) dos shoppings, que serão reconhecidas no resultado linearmente.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	C	ontroladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Cíveis	-	-	154	132
Tributários	2	2	3.402	3.600
Trabalhistas	1.022	1.049	1.501	1.440
Total não circulante	1.024	1.051	5.057	5.172

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS (inclui Propriedades para investimentos)

(a) Investimentos

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.468.620	1.488.837	26.477	21.371
Ágio na incorporação de investimentos (i)	-	-	-	20.646
Mais valia (ii)	-	-	-	4.197
Outros investimentos	978	977	14.896	14.894
Subtotal	1.469.598	1.489.814	41.373	61.108
Propriedade para investimento			4.022.889	3.996.971
Total	1.469.598	1.489.814	4.064.262	4.058.079

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referia-se ao ágio advindo da parcela do acervo líquido vertido para as empresas Detmold e Dronten, referente a cisão parcial das companhias EDSP75 e LF Tel, ocorridas nas datas de 21 de março de 2014 e 5 de maio de 2014, respectivamente e posteriormente em 4 de maio de 2015 incorporados pela JPSP. A partir desta data, a JPSP passou a ter investimento na CTX, tendo sido transferido para este investimento, o montante do ágio anteriormente alocado nas empresas incorporadas.
- (ii) Referia-se ao valor justo da permuta de participações societárias, entre a JPSP e a Bratel, ocorrida em 5 de maio de 2014.

Em 30 de junho de 2016, ambos os valores registrados como Ágio e Mais valia, foram baixados para perda, devido a aprovação da dissolução da CTX. Em consequência da dissolução da CTX, os ativos vinculados a este investimento, detido pela controlada JPSP, foram devolvidos aos sócios (Nota 1).

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Controladora	Consolidado
	Iguatemi	JPSP	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros	Total	Total
Subtotal em 01/01//2015	1.280.456	326.567	1.179	3,968	22.192		1.634.362	514.618
Concessão			-	-	-	-		3.249
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	978	978	11.626
Ágio em investimentos - Mais Valia (1)	-	-	-	-	-	-	-	5.425
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido (3)	-	-	-	-	-	-	-	21.881
Total em 01/01/2015	1.280.456	326.567	1.179	3.968	22.192	978	1.635.340	556.799
Dividendos a receber de controladas	(26.215)	-	-	-	-	-	(26.215)	(2.604)
Ganho (perda) de participação nos investimentos	_	-	-	-	-	-	-	2.439
Resultado de equivalência patrimonial (2)	98.354	(227.520)	(622)	(949)	(522)	124	(131.135)	(779.003)
Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	616	23	-	-	-	-	639	24
Equivalência reflexa sobre o lucro acumulados de controladas	-	(2.847)	(1)	-	-	-	(2.848)	301.022
Variação de ações em tesouraria reflexa	(693)	(12.491)	-	-	-	-	(13.184)	(51.188)
Ajuste variação cambial reflexa	-	(1.568)	-	-	-	-	(1.568)	615
Transações de capital	-	(582)	-	-	-	-	(582)	(734)
Variação de participação de investimentos	(475)	-	-	-	-	-	(475)	-
Variação de participação de investimentos reflexa	-	7.003	-	-	-	-	7.003	26.908
Ajuste de variação de conversão	-	1.339	-	-	-	-	1.339	-
Realização de reserva de operações de derivativos reflexa	-	(479)	-	-	-	-	(479)	(1.980)
IR e CS s/ operações com derivativos	-	58	-	-	-	-	58	256
Reserva reflexa de hedge accounting	-	12	-	-	-	-	12	53
Ganhos e perdas atuariais reflexas	-	2.912	-	-	-	-	2.912	11.769
Variação reflexa de ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.773	-	-	-	-	11.773	47.281
Transferência de investimento por incorporação	-	-	-	-	-	-	-	(33.494)
Alteração no método de reconhecimento do investimento de								
equivalência para valor justo	-	-	-	-	-	-	-	(21.127)
Reclassificação ajustes reflexos dos investimentos	-	5.147	-	-	-	-	5.147	6.786
Outros	1	1	(2)	1.001	1.201	(124)	2.078	(270)
Subtotal em 31/12/2015	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	<u> </u>	1.488.837	21.371
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	977	977	14.894
Ágio em investimentos - Mais Valia (1)	-	-	-	-	-	-	-	4.197
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido (3)		<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	<u> </u>	20.646
Total em 31/12/2015	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	977	1.489.814	61.108

As movimentações dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devem ser lidas em conjunto com a Nota 1 (b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Controladora	Consolidado
	Iguatemi	JPSP	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros	Total	Total
Subtotal em 31/12/2015	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	<u> </u>	1.488.837	21.371
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	977	977	14.894
Ágio em investimentos - Mais Valia (1)	-	-	-	-	-	-	-	4.197
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido (3)	<u>-</u>					<u> </u>	<u>-</u>	20.646
Total em 31/12/2015	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	977	1.489.814	61.108
Aumento de capital	-	-	-	540	-	-	540	20.416
Aumento de participação em investimento	-	15.892	-	-	-	-	15.892	-
Redução de capital em investimentos (Nota 1)	-	(25.789)	-	-	-	-	(25.789)	-
Dividendos de controladas	(27.010)	-	-	-	-	-	(27.010)	-
Resultado de equivalência patrimonial (2)	82.807	(46.532)	(281)	(85)	(578)	124	35.455	(9.762)
Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	(3.104)	(323)	-	-	-	-	(3.427)	8
Equivalência reflexa sobre o lucro acumulados de controladas	-	(759)	-	-	-	-	(759)	712
Variação de ações em tesouraria reflexa	2.682	1.679	-	-	-	-	4.361	-
Ajuste variação cambial reflexa	-	2.923	-	-	-	-	2.923	(2.871)
Transações de capital	-	(1.169)	-	-	-	-	(1.169)	-
Ajuste de variação de conversão	-	(2.263)	-	-	-	-	(2.263)	-
Variação de participação de investimentos	(1.470)	(2)	-	-	-	-	(1.472)	-
Transferência para Bens para devolução aos sócios (4) (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(26.289)
Venda de participação em investimentos (Nota 1)	(17.375)	-	-	-	-	-	(17.375)	-
Outros			1	(1)		(124)	(124)	22.892
Subtotal em 31/12/2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	-	1.468.620	26.477
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	978	978	14.896
Ágio em investimentos - Mais Valia (1)	-	-	-	-	-	-	-	3.582
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido (3)	-	-	-	-	-	-	-	20.029
Provisão para perda com valor recuperável (1) e (3)			_				<u> </u>	(23.611)
Total em 31/12/2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	978	1.469.598	41.373

⁽¹⁾ No consolidado, refere-se ao valor justo da permuta de participações societárias, entre a JPSP e a Bratel, ocorrida em 5 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2016, este montante foi baixado para perda (Nota 1) e (Nota 6).

⁽²⁾ No consolidado, refere-se ao resultado de equivalência patrimonial dos investimentos não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

⁽³⁾ No consolidado, refere-se ao ágio advindo da parcela do acervo líquido vertido para as empresas Detmold e Dronten, referente a cisão parcial das companhias EDSP75 e LF Tel, ocorridas nas datas de 21 de março de 2014 e 5 de maio de 2014, respectivamente. A partir desta data, a JPSP passou a ter investimento na CTX, tendo sido transferido para este investimento, o montante do ágio anteriormente alocado nas empresas incorporadas. Em 31 de dezembro de 2016, este montante foi baixado para perda (Nota 1) e (Nota 6).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(4) Composição dos ativos da CTX para devolução a JPSP

Descrição ativos	2016
Total de 352.893 ações ordinárias da Contax Participações	4.235
Crédito de dividendos a receber da Contax Participações	2.516
Total de 20.795 debêntures da 1a. série da 4a. Emissão da Contax Participações	21.834
Créditos de tributos a recuperar	352
(-) Crédito de dividendos da CTX	(2.604)
(-) Passivos com Fornecedores, tributos a pagar e salários a pagar (-) caixa	(44)
Subtotal	26.289
Aportes de capital na CTX	364
Total bens	26.653
Bens já transferidos:	
Total de 352.893 ações ordinárias da Contax Participações	(4.235)
Total de 20.795 debêntures da 1a. série da 4a. Emissão da Contax Participações	(21.834)
Ajuste diferença de dividendos	88
Saldo a transferir:	672

(b) Participações avaliadas pela equivalência patrimonial na Companhia:

			Lucro líquido	Qtde. mill	nares de ações	Particip % no 0			2016
Controladas Iguatemi (i) JPSP BRIO FIP GJ Real Estate FIP BRIO Real Estate (ii) Lucros a apropriar (iii)	Patrimônio líquido (**) 2.734.937 53.650 684 6.441 50.158	Capital Social Integralizado 1.231.313 107.363 7.501 6.510 54.000	(prejuízo) do exercício 161.683 (58.042) (702) (125) (2.290)	Ordinárias 89.643 33.539 1.600 5 24	Preferenciais - 20.191	Total 50,7717 98,8000 40,0000 69,4615 44,4400	Votante 50,7717 99,6200 40,0000 69,4615 44,4400	Investimento 1.388.574 53.005 274 4.474 22.293	Equivalência patrimonial 82.807 (46.532) (281) (85) (578) 124 35.455
			Lucro	Qtde. mill	nares de ações	Particip % no 0			2015
Controladas Iguatemi (i) IPSP BRIO FIP GJ Real Estate FIP BRIO Real Estate (ii) Lucros a apropriar (iii)	Patrimônio líquido (**) 2.627.192 137.769 1.386 6.026 51.459	Capital Social Integralizado 1.231.313 226.047 7.501 5.970 54.000	líquido (prejuízo) do exercício 191.091 (286.659) (1.556) 131 (2.174)	Ordinárias 90.802 269.674 1.600 4 24	Preferenciais 161.942	Total 51,4634 79,3700 40,0000 66,7000 44,4400	Votante 51,4634 80,0990 40,0000 66,7000 44,4400	Investimento 1.352.044 109.348 554 4.020 22.871 1.488.837	Equivalência patrimonial 98.354 (227.520) (622) (949) (522) 124 (131.135)
Resultado de equivalência par	rimonil s/ outros re	sultados abrangentes	i .					1.488.837	4.001 (127,134)

^(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial no consolidado, as quais devem ser lidas em conjunto com a Nota 1 (b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

 ^(**) Patrimônio líquido referente às informações individuais das investidas
 (i) Capital social apresentado deduzido os gastos com emissão de ações

⁽i) Capital social apresenta(ii) Quantidade de quotas

⁽iii) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Investimento		Equivalência Patrimoni		
		Consolidado		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Participação da Companhia na Brio	274	554	(281)	(622)	
Participação da Companhia no FIP Brio	22.293	-	(578)	-	
Participação da JPSP na Alium	68	133	(65)	5	
Participação da JPSP na Oi	-	-	-	(13)	
Participação da JPSP na Telemar	-	-	-	(31.806)	
Participação da JPSP na CTX	-	17.801	(9.777)	(21.828)	
Participação da JPSP na Sayed	-	-	-	(714.504)	
Participação da controlada Dronten na CTX	-	-	-	(3.023)	
Mais valia	-	4.197	-	-	
Ágio na incorporação de investimentos	-	20.646	-	-	
Participação da Iguatemi em controladas em conjunto	3.842	2.883	-	-	
Participação Iguatemi em outros investimentos Equivalencia patrimonial s/ outros resultados	14.896	14.894	939	777	
abrangentes	-	-	-	10.762	
Subtotal	41.373	61.108	(9.762)	(760.252)	
Equivalencia patrimonial s/ outros resultados					
abrangentes			(6.554)	(18.751)	
Total	41.373	61.108	(16.316)	(779.003)	

• Informações financeiras de coligadas não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

Coligadas

	BRIO		
ivo não circulante ssivo circulante trimônio líquido rticipação da Companhia no patrimônio líquido da Brio	2016	2015	
Ativo circulante	956	1.234	
Ativo não circulante	222	234	
Passivo circulante	(494)	(82)	
Patrimônio líquido	684	1.386	
Participação da Companhia no patrimônio líquido da Brio	40%	40%	
Valor contábil da participação na Brio	274	554	
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	1.148	1.111	
Lucro (prejuízo) do exercício	450	(1.556)	

	FIP Brio Real	FIP Brio Real State		
Informações financeiras	2016	2015		
Ativo circulante	1.699	2.993		
Ativo não circulante	48.600	48.600		
Passivo circulante	(141)	(134)		
Patrimônio líquido	50.158	51.459		
Participação da Companhia no patrimônio líquido da Brio Real State	44,44%	44,44%		
Valor contábil da participação na Brio Real State	22.290	22.868		
Prejuízo do exercício	(2.290)	(2.174)		

(c) Propriedades para investimentos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao custo

			Consolidado
	Vida útil média	2016	2015
Terrenos	remanescente em anos	2016 450.738	2015 423.868
Edificações, instalações e outros	35 a 60 ⁽ⁱ⁾	4.059.089	3.962.535
Depreciação acumulada	33 a 00	(568.065)	(471.688)
Depreciação acumurada	_	3.941.762	3.914.715
Ágio por mais valia de ativos (ii)			
Aquisição de 100% da SISP			
Terrenos		20.034	20.034
Edificações, instalações e outros	40 ⁽ⁱ⁾	8.777	8.777
Depreciação acumulada		(2.280)	(2.080)
. ,	_	26.531	26.731
A quicição do 1000/ do Colvery			
Aquisição de 100% da Solway Terrenos		9.318	9.318
Edificações, instalações e outros	45 ⁽ⁱ⁾	20.740	20.740
Depreciação acumulada	43	(4.931)	(4.515)
Depreciação acumulada	_	25.127	25.543
		23.127	23.343
Subscrições de ações da JK Iguatemi			
Terrenos	(i)	5.433	5.433
Edificações, instalações e outros	60 ⁽ⁱ⁾	3.133	3.133
Depreciação acumulada	_	(235)	(183)
		8.331	8.383
Aquisição de 65,14% da RAS			
Edificações, instalações e outros	45 ⁽ⁱ⁾	10.289	10.289
Depreciação acumulada		(1.371)	(1.143)
	_	8.918	9.146
Aquisição de 3,75% SPH			
Edificações, instalações e outros	44 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	15.637	15.637
Depreciação acumulada		(504)	(148)
Depreciação acumulada	_	15.133	15.489
		10.120	101.05
Subtotal	_	4.025.802	4.000.007
Eliminação lucros a realizar		(2.913)	(3.036)
Total		4.022.889	3.996.971
		_	

- (i) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.
- (ii) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.
- (iii) Mais valia de ativo gerada na aquisição da participação de 100% da empresa SPH1 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("SPH"), que tem a fração de 3,75% do empreendimento Shopping Pátio Higienópolis I.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para expansões do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre e construção do futuro Outlet na cidade de Tijucas em Santa Catarina, capitalizando ao custo dos ativos os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Em 27 de abril de 2016, foi inaugurado a expansão do Shopping Center Porto Alegre. Até 31 dezembro de 2016, a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R\$18.242 (2015 - R\$13.645).

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

		Consolidado
_	2016	2015
Saldo inicial	3.996.971	3.644.122
Adições	124.611	452.822
Baixas (*)	(70)	(4.685)
Depreciações	(97.624)	(95.412)
Transferências	(1.122)	-
Outras movimentações	123	124
Saldo final	4.022.889	3.996.971

(*) Refere-se à baixa dos custos de revenda de pontos. Em 2015, refere-se substancialmente a baixa do custo de apartamentos na cidade de Campinas e a baixa da fração ideal de 3,82% do Shopping Boulervard Rio em função da venda destes ativos.

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. A administração concluiu que não há indicativo de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

			2016		2015	
	Shoppings em operação	Shoppings anunciados (*)	Total	Shoppings em operação	Shoppings anunciados (*)	Total
Valor justo	9.027.452	14.449	9.041.901	8.276.720	39.602	8.316.322
Área bruta locável própria (mil m²)	456	39	495	452	43	495

^(*) Referem-se à posição das expansões e novos shoppings.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do "guidance").

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

	2016	2015
Taxa de desconto real	7,2 % - 9,6% a.a.	7,8 % - 10,2% a.a.
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% a.a.	2% - 3% a.a.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

						Consolidado
	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros Ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2015	8.064	9.059	11.129	69	13.670	41.991
Adições	1.742	169	48	-	2.806	4.765
Transferências	2.976	(648)	(1.153)		(53)	1.122
Saldo em 31/12/2016	12.782	8.580	10.024	69	16.423	47.878
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2015	(4.026)	(7.326)	(2.529)	(27)	(8.153)	(22.061)
Despesas de depreciação	(979)	(475)	(220)	(7)	(781)	(2.462)
Saldo em 31/12/2016	(5.005)	(7.801)	(2.749)	(34)	(8.934)	(24.523)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2015	4.038	1.733	8.600	42	5.517	19.930
Saldo em 31/12/2016	7.777	779	7.275	35	7.489	23.355
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33,33%	10%	10%	20%	

15. INTANGÍVEL

					Consolidado
	Ágio (''Goodwill'') (i)	Sistemas de processamento de dados (ii)	Outros ativos	Intangível em formação	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31/12/2015	103.633	32.551	8.852	1.681	146.717
Adições Transferências	- 	(8.303)	5.230 7.763	904 3.231	6.134 2.691
Saldo em 31/12/2016	103.633	24.248	21.845	5.816	155.542
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2015	(15.464)	(21.396)	(6.503)		(43.363)
Despesas de amortização Transferências	- -	(3.447) 595	(4.859) (3.286)	- 	(8.306) (2.691)
Saldo em 31/12/2016	(15.464)	(24.248)	(14.648)	<u> </u>	(54.360)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2015	88.169	11.155	2.349	1.681	103.354
Saldo em 31/12/2016	88.169	-	7.197	5.816	101.182

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxa anual de amortização (média) - 20% 20% -

(i) Ágios ("Goodwill")

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("goodwill"). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados indicativos de impairment.

(ii) Sistema ERP SAP

Refere-se substancialmente, a implantação e melhorias dos módulos do ERP SAP, cuja amortização foi realizada linearmente por cinco anos. Os módulos em desenvolvimento são agregados ao custo do ERP SAP, e iniciam sua amortização a partir de sua conclusão.

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Certificados de Potencial Adicional de					
Construção - CEPAC	-	-	12.501	12.501	
Despesas antecipadas (i)	-	-	7.753	6.844	
Valores a receber	-	-	4.482	12.251	
Bens para devolução a sócios (Nota 13 (a))	-	-	672	-	
Outros	62	63	3.731	3.404	
	62	63	29.139	35.000	
Circulante	62	63	14.349	28.179	
Não circulante	-	-	14.790	6.821	

⁽i) Refere-se substancialmente aos pagamentos de seguros e IPTU.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	<u>Controladora</u>		Consolidad	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos, juros provisionados e outros encargos	124.759	124.896	1.559.556	1.235.104
Debêntures e juros provisionados			807.658	1.132.536
Subtotal	124.759	124.896	2.367.214	2.367.640
Custos de transação incorridos (i)	-	-	(2.409)	(3.605)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	124.759	124.896	2.364.805	2.364.035
Circulante	33.491	3.206	359.085	407.340
Não circulante	91.268	121.690	2.005.720	1.956.695

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	Vencimento	
Debêntures	-	-	807.658	1.132.536	Jan/2017 a Fev/2021	
Operação de securitização	-	-	694.771	238.816	Jan/2017 a Jun/2035	
Instituições financeiras						
Moeda nacional	124.759	124.896	676.917	709.558	Jan/2017 a Jan/2025	
BNDES						
Moeda nacional	-	-	187.067	285.763	Jan/2017 a Out/2020	
Instituições não financeiras	<u> </u>	<u> </u>	801	967	Jan/2017 a Jun/2019	
Subtotal	124.759	124.896	2.367.214	2.367.640		
Custos de transação incorridos (i)	-	-	(2.409)	(3.605)		
Total	124.759	124.896	2.364.805	2.364.035		
Circulante	33.491	3.206	359.085	407.340		
Não circulante	91.268	121.690	2.005.720	1.956.695		

⁽i) Em 31 de dezembro de 2016: circulante R\$971 e não circulante R\$1.438 (2015: circulante R\$1.197 e não circulante R\$2.408).

Composição da dívida por indexador

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
CDI	124.759	124.896	1.884.048	1.601.696
TR	-	-	289.921	299.788
TJLP	-	-	164.081	269.268
IPCA	-	-	24.752	189.578
Pré fixado	-	-	1.202	2.738
IGP - DI			801	967
Total	124.759	124.896	2.364.805	2.364.035

Cronograma de vencimento

A dívida não circulante apresentada, líquida do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora_	Consolidado
2018	30.423	251.852

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2019 e 2020	60.845	615.739
2021 a 2035	-	1.138.129
Total	91.268	2.005.720

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos e financiamentos

Companhia

A Companhia possui vigente o contrato de financiamento celebrado com o Banco Bradesco S.A. no ano de 2008, com 4 parcelas iguais de R\$30.422, vincendas em 30/10/2017, 29/10/2018, 28/10/2019 e 28/10/2020 e os juros serão calculados a base de 100% CDI mais 1,65% a.a., com vencimento da última parcela dos juros em 28/10/2016.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou amortização de juros no montante de R\$17.950 (2015 – R\$16.282).

Segmento de Shopping Centers

Em 04 de janeiro de 2016, foi liberado R\$70.000 referente a operação de Securitização junto ao mercado, através da Securitizadora RB Capital. Até 31 de dezembro de 2015 já havia sido liberado o valor de R\$35.000. A operação foi realizada em 28 de dezembro de 2015, no valor de R\$105.000 para a construção do futuro outlet na cidade de Tijucas em Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$104.160.

Em 31 de março de 2016, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$105.000 em nome da controlada CSC 41 Participações Ltda, para capitalizar a Iguatemi. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI + 1,30% a.a. e amortização em 228 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$104.530.

Em 12 de julho de 2016, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$275.000 em nome da controlada indireta Ork Empreendimento Imobiliários SPE Ltda., para capitalizar a Iguatemi. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI – 0,10% a.a. e amortização em 84 meses. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$282.095.

Os contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e de 2015, contratados para a construção e expansão de shoppings centers continuam vigentes.

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2016, a controlada Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$363.752 (2015 - R\$235.883).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Segmento de Shopping Centers

				<u> </u>		Consolidado
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Taxas	2016	2015
Iguatemi	2ª	R\$330 milhões	2016	-	-	173.107
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2017 a 2018	1 ^a . ´serie 100% CDI + 1% a.a.	318.108	318.127
Iguatemi	4ª	R\$450 milhões	2020 a 2021	1a. série 100% CDI + 0,82% a.a		
-8				2a. série IPCA+ 4,31% a.a	489.550	485.362
Total				<u>-</u>	807.658	976.596

Os custos totais de emissão das debêntures, a serem amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$2.409, sendo o montante de R\$971 registrado no circulante e R\$1.438 não circulante.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da 2ª emissão e juros atualizados das 3ª e 4ª emissão no montante de R\$281.311 (2015 - R\$289.162).

Nanak

Em 2 de maio de 2016 a controlada indireta Nanak amortizou a 1ª. parcela do principal mais juros das debêntures da sua primeira emissão no montante de R\$30.883. Na data de 10 de maio de 2016, a controlada Nanak resgatou a totalidade de 109.375 debêntures pelo montante de R\$127.147. O recurso obtido pela Nanak para a amortização da 1ª parcela e o resgate total das suas debêntures foi através de Adiantamento para futuro aumento de capital, posteriormente capitalizado (Nota 26), realizado pela sua controladora JPSP no montante de R\$158.000.

(c) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia 7.115.789 ações ordinárias e 7.115.789 ações preferenciais de emissão da JPSP, de titularidade da Companhia.

Segmento de Shopping Centers

Para a Operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$275.000 em nome da controlada indireta ORK Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, para capitalizar a Iguatemi, celebrado em 12 de julho de 2016, a Iguatemi apresentou como garantia a

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fração de 78% do Shopping Iguatemi Alphaville e constituiu aplicação financeira com a instituição Itaú Unibanco S.A. (Nota 9(b)(vi)). O saldo devedor desta operação é de R\$282.095.

Como garantia para a Operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$210.000 em nome da controlada indireta Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda., celebrada em 24 de setembro de 2015, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$203.986, a controlada Iguatemi apresentou a fração de 100% (cem por cento) do Shopping Galleria e constituiu aplicação financeira com a instituição Itaú Unibanco S.A. (Nota 9(b)(vi)).

Para ambos os Certificados de Créditos Recebíveis Imobiliários ("CRI"), em nome da controlada indireta a CSC41 Participações Ltda, através da Securitizadora RB Capital, realizado em 28 de dezembro de 2015 e 30 de junho de 2016, no valor total de R\$210.000, a controlada Iguatemi apresentou garantia a fração de 50% (cinquenta por cento) do Shopping Iguatemi JK e constituiu aplicação financeira com a instituição Itaú Unibanco S.A. (Nota 9(b)(vi)). Os saldos destes CRIs em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$208.690.

Para ambos os financiamentos celebrados com o Banco Itaú S.A. em 11 de julho de 2014, nos montantes de R\$78.000 e de R\$152.000, a controlada Iguatemi apresentou como garantia a fração de 40% do Shopping Center Iguatemi Campinas e a sua expansão. Os saldos destes empréstimos em 31 de dezembro de 2016 correspondem a R\$80.182 e R\$159.149, respectivamente.

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da CCB e representados integralmente pela CCI à RB Capital, a controlada Iguatemi apresentou garantia a fração ideal correspondente a 88% do shopping de São José do Rio Preto. O saldo do empréstimo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$152.950.

Para o financiamento celebrado com o Banco Santander em 21 de janeiro de 2013, no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votoratim/SP, a CSC 41 Participações Ltda apresentou como garantia futuras edificações com fração ideal de 65, 716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo deste empréstimo é de R\$106.320.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15° Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$2.851.

(d) "Covenants"

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos de empréstimos e escrituras de debêntures da Companhia e suas controladas consolidadas nestas Demonstrações Financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas estão adimplentes com suas obrigações contratuais, não tendo recebido qualquer notificação até a data da autorização destas Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que preveem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas, deixando de regularizá-las no prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento de notificação;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as ações oferecidas como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Transferência ou alteração, a qualquer título, do controle acionário da Companhia, que resulte na cessão de ativos ou participações societárias para acionistas estranhos ao atual quadro societário da Companhia.

Segmento de Shopping Centers

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Os contratos celebrados com o BNDES a seguir, possuem obrigação de manutenção de índice financeiro, dentre os quais, dívida líquida/EBTIDA menor ou igual a 3,5x: (i) financiamento entre a SCIALPHA e o BNDES, em 6 de julho de 2010, para construção do Shopping Alphaville, cujo montante na data de 31 de dezembro de 2016 era de R\$16.538; (ii) financiamento entre a Iguatemi e o BNDES, em 5 de outubro de 2010, para construção do JK Iguatemi, cujo montante na data de 31 de dezembro de 2016 era de R\$15.008; (iii) financiamento entre a SCIRP Participações Ltda e o BNDES, em 27 de dezembro de 2011, para a construção do Shopping Ribeirão Preto, cujo montante na data de 31 de dezembro de 2016 era de R\$58.804; (iv) financiamento entre a CSC 41 Participações Ltda e o BNDES, em 9 de novembro de 2012, para construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP, cujo montante na data de 31 de dezembro de 2016 era de R\$96.717.

Os financiamentos a seguir, possuíam obrigação de manutenção dos índices financeiros Dívida líquida/EBTIDA até 3,5x e Dívida líquida/PL até 0,80: (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006 cujo montante foi liquido em 27 de outubro de 2016; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, cujo saldo em 30 de gosto foi liquidado; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiduciária com a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006, cujo montante saldo em 8 de agosto foi liquidado.

As debêntures, cujos montantes em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R\$807.658 (2015 - R\$976.596), possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Parcelamento da Lei 11.941/2009	301	458	2.617	3.982	
Total	301	458	2.617	3.982	
				_	
Circulante	157	157	1.365	1.365	
Não circulante	144	301	1.252	2.617	

O Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

					Controladora
				2016	2015
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	92	4	97	193	295
Imposto de renda	7	1	15	23	34
IOF	31	1	53	85	129
Total	130	6	165	301	458

					Consolidado
				2016	2015
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	92	4	97	193	295
Imposto de renda	738	110	905	1.753	2.666
CSLL	279	38	354	671	1.021
Total	1.109	152	1.356	2.617	3.982

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Controladora	Consolidado
2017	157	1.365
2018	144_	1.252
Total	301	2.617

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora			Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Cível	-	-	24.339	23.981	
Trabalhistas	5.100	4.860	5.728	5.322	
Tributárias	278	278	2.930	2.281	
	5.378	5.138	32.997	31.584	
Ativo registrado decorrente da possibilidade de recompra da participação de 3,58% do Shopping Center Boulevard Iguatemi (i)	-	-	(12.023)	(11.665)	
	5.378	5.138	20.974	19.919	

Detalhamento dos processos por natureza de risco

			Controladora
			2016
Risco	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	5.100	5.378
Passivos contingentes (ii)	31.139	5.000	36.139

			Controladora
			2015
Risco	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	4.860	5.138
Passivos contingentes (ii)	27.632	3.000	30.632

				Consolidado
				2016
Risco	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	2.930	5.728	12.316	20.974
Passivos contingentes (ii)	61.908	6.078	55.849	123,835

				Consolidado
				2015
Risco	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	2.281	5.322	12.316	19.919
Passivos contingentes (ii)	52.107	4.901	47.906	104.914

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Cíveis

Segmento de Shopping Centers

(i) A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no Shopping Center Boulevard Iguatemi, equivalente a 3,58% desse empreendimento. O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial. A controlada Iguatemi constituiu provisão para fazer face a eventuais perdas, cujos valores montam em 31 de dezembro de 2016 R\$24.339 (2015 – R\$23.981).

Trabalhistas

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$617 (2015 - R\$555). Adicionalmente a Companhia mantem provisões para face a outras perdas de natureza trabalhista (INSS), cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$4.483 (2015 – R\$4.305).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$628 (2015 – R\$462).

Tributárias

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com processos, que referem-se substancialmente a processos administrativos de cobrança de ISS pela Prefeitura de Campinas e IPTU pela Prefeitura de Votorantim e Sorocaba, cujos valores no consolidado em 31 de dezembro de 2016 montam R\$1.087 (2015 – R\$1.022).

⁽ii) Representam os processos cujas chances de perdas são classificadas como possíveis e, portanto, não estão reconhecidos contabilmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Contingente (ii)

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhistas

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião de seus consultores jurídicos. O total envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2016 é de aproximadamente R\$5.000 (2015 – R\$3.000).

JPSP

A controlada JPSP possui processos de natureza trabalhista, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os valores estimados de perda totalizavam R\$97.

Tributárias

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$31.139 (2015 – R\$27.632).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórias surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2016 os valores estimados de perda totalizam R\$26.006 (2015 - R\$19.947), R\$55.849 (2015 - R\$47.906), R\$981 (2015 - R\$1.804) respectivamente. Os processos cíveis são substancialmente cobertos por apólice de seguro contratadas pela controlada Iguatemi (Nota 25).

JPSP

A controlada JPSP possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e INSS. Em 31 de dezembro de 2016 os valores estimados de perda totalizavam R\$4.762 (2015 – R\$4.528).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas a apropriar (i)	-	-	26.673	50.506
Aquisição de terreno Tijucas SC (ii)	-	-	2.700	2.700
Aquisição do terreno Nova Lima BH (iii)	-	-	717	718
Repasse contratual Co-part Previ (v)	-	-	671	671
Lucros a realizar (iv)	2.912	3.036	-	-
Aquisição fração shopping SPHI (vi)	-	-	-	51.655
Outros	284	65	7.700	9.773
Total	3.196	3.101	38.461	116.023
Circulante	284	65	10.761	64.216
Não circulante	2.912	3.036	27.700	51.807

- (i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.
- (ii) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento no município de Tijucas em Santa Catarina. Em 31 de outubro de 2015, foi efetuado uma alteração no contrato, transferindo a dívida para a Iguatemi Outlets do Brasil Ltda.
- (iii) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento em Minas Gerais. Em 31 de outubro de 2015, foi efetuado uma alteração no contrato, transferindo a dívida para a Iguatemi Outlets do Brasil Ltda.
- (iv) Valor referente a venda para a controlada Iguatemi, de 5% das cotas de participação do SCISP detidas pela Companhia.
- (v) Refere-se ao repasse das luvas recebidas conforme contrato de venda de participação do Shopping Center Iguatemi Esplanada a PREVI.
- (vi) Refere-se ao valor a pagar à Fundação Conrado Wessel, com vencimento em 25 de fevereiro de 2016, referente a aquisição da fração ideal do Shopping Pátio Higienópolis por meio da controlada indireta SPH1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 94.064.837 ações sem valor nominal, sendo 38.577.343 ações ordinárias e 55.487.494 ações preferenciais (2015 - 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Grupamento de ações e fator de grupamento

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2016, foi aprovado o grupamento da totalidade das 963.938.751 (novecentas e sessenta e três milhões, novecentas e trinta e oito mil e setecentas e cinquenta e uma) ações, sendo 385.822.906 (trezentas e oitenta e cinco milhões, oitocentas e vinte e duas mil, novecentas e seis) ações ordinárias e 578.115.845 (quinhentas e setenta e oito milhões, cento e quinze mil, oitocentas e quarenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária e na proporção de 10 (dez) ações preferenciais para 1 (uma) ação preferencial, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o grupamento aprovado não modificou o valor total do capital social ou os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76, e não altera a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2016, foi aprovado o cancelamento de 629.038 ações de emissão da Companhia, que se encontravam em tesouraria em 31 de dezembro de 2015, sendo 4.948 ações ordinárias e 624.090 ações preferenciais, sem modificação do valor do capital social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2016, foi aprovado (i) o cancelamento de 1.700.000 ações preferenciais de emissão da Companhia, sem modificação do seu valor do capital social, que se encontravam em tesouraria, como resultado do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 23 de novembro de 2016. O Programa previa a aquisição de no máximo 1.700.000 ações preferenciais até 23 de novembro de 2017; (ii) novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia. O objetivo do programa é a manutenção em tesouraria para posterior cancelamento. A Companhia poderá adquirir até 1.600.000 ações preferenciais até 5 de dezembro de 2017. Até a data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia já havia adquirido 545.000 ações preferenciais.

	Quantidade (em mil	Quantidade (em milhares de ações)		
	2016	2015		
Capital total em ações				
Ações ordinárias	38.577	385.823		
Ações preferenciais	55.487	578.116		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	94.064	963.939
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	-	(49)
Ações preferenciais	(545)	(6.241)
Total	(545)	(6.290)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	38.577	385.774
Ações preferenciais	54.942	571.875
Total das ações excluindo tesouraria	93.519	957.649
Valor patrimonial por ação excluindo tesouraria (R\$)	15,28 (1)	1,49

⁽¹⁾ Valor pós grupamento.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2016, 545.000 ações preferenciais de sua própria emissão (2015 - 49.476 ações ordinárias e 6.240.900 ações preferenciais de sua própria emissão), para permanência em tesouraria, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.658 (2015 - R\$3.815).

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do exercício era o seguinte:

	2016		2015
	Preferenciais	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	545	6.241	49
Cotação por ação na BOVESPA (R\$) (i)	7,39	0,79	1
Valor de mercado	4.028	4.930	49

 ⁽i) Base é o preço médio da ação no último dia de negociação do mês (PN R\$7,39 29/12/2016); (ON R\$1,00 20/07/2015 e PN R\$0,79 30/12/2015).

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi destinado para a reserva legal o montante de R\$1.078, totalizando R\$69.265 (2015 – R\$68.187).

Retenção de lucros e lucros a realizar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de lucros a realizar: é constituída substancialmente pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve destinação para a reserva de lucros a realizar.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos voltados à consecução do objeto social da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi destinado o montante de R\$5.667, totalizando R\$356.701 (2015 – R\$ 365.982).

Reserva especial de dividendos

A reserva de especial de dividendos foi constituída nos termos do parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve constituição de reserva especial de dividendos, sendo que parte do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi absorvido saldo desta reserva, que correspondia a R\$6.611.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está propondo a distribuição de dividendos no montante de R\$13.963, sendo o montante de R\$8.194 destinados a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e o montante de R\$5.769 adicional ao mínimo obrigatório, perfazendo um dividendo por ação de R\$0,149546837. A proposta dos dividendos deverá ser aprovada na Assembleia Geral de Acionistas com realização prevista para 27 de abril de 2017.

(f) Lucro (prejuízo) por ação

Lucro (prejuízo) básico:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	21.564	(125.654)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	8.717	(50.618)
Lucro (prejuízo) às ações preferenciais	12.847	(75.036)
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	38.577	385.774
Ações preferenciais	56.859	571.875
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:		
Ações ordinárias	0,2260	(0,1312)
Ações preferenciais	0,2260	(0,1312)

Lucro (prejuízo) diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelo resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de	21.564	(125.654)
opções de ações	(538)	(288)
	21.026	(125.942)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	8.499	(50.734)
Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais	12.527	(75.208)
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	38.577	385.774
Ações preferenciais	56.859	571.875
Lucro (prejuízo) por centavos de ação:		
Ações ordinárias	0,2203	(0,1315)
Ações preferenciais	0,2203	(0,1315)

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Participações dos empregados nos lucros

A Companhia e suas controladas possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis, cujos valores são apropriados pelo regime

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de competência no resultado da Companhia e os pagamentos feitos anualmente entre os meses de março a abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

A Companhia e suas controladas Iguatemi e JPSP mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) no Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia e suas controladas contribuem com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações ("Plano") para funcionários préselecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo seu Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Critérios gerais dos programas de outorga

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração da Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 ("Programa 2008"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R\$13,78 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 ("Programa 2012"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R\$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (30 de junho de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, segue resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

		2016		2015
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	2.498.400	R\$ 19,34	2.997.200	R\$ 17,76
Ajuste de opções concedidas	217.600	R\$ 19,34	-	-
Opções exercidas	(806.800)	R\$ 20,43	(498.800)	R\$ 19,06
Opções em circulação no fim do exercício	1.909.200	R\$ 20,84	2.498.400	R\$ 19,34

As opções de compra de ações em circulação no final de cada exercício têm as seguintes características:

	Opções em circulação			
	Opções em	Vida	Faixa de	Opções
	circulação	remanescente	preço de	exercíveis
DATA	no fim do	contratual	exercício	no fim do
	exercício	(meses)	(em R\$)	exercício
31 de dezembro de 2015	2.498.400	34	19,23 - 19,34	512.400
31 de dezembro de 2016	1.909.200	22	20,72 - 20,84	1.164.800

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$1.391 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$2.876). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$6.046 devido ao registro da provisão mais as opções exercidas no exercício.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Black-Scholes". Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis de cada companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia possui somente o segmento de negócios na área de Shopping Centers. O segmento de Shopping Centers é consolidado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia. A Participação Societária em Contact Centers e Serviços, representada pelo seu investimento indireto na Contax Participações, a partir de 27 de setembro de 2016, passou a ser contabilizada como instrumento financeiro, avaliado pelo seu valor justo. Até a data de 1/9/2015 a Companhia mantinha investimentos indiretos em Telecomunicações avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

As transações com partes relacionadas, quando aplicável, são precificadas com base em condições de mercado.

		Consolidado		
Transações	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	19.484	23.356	-	-
Total de dividendos a receber	19.484	23.356	-	-
Stock Option				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.(viii)	-	-	1.081	-
Total de Stock Option	-	-	1.081	-
Redução de capital a receber				
Controlada JPSP Investimentos e Participações S.A.	25.789	-	-	-
Total de Redução de capital a receber	25.789	-	-	-
Ativo não circulante				
Dividendos a receber				
JPSP x Contax Participações	-	-	2.516	2.026
JPSP.x CTX Participações S.A.	-	-	-	577
Total de dividendos a receber	-	-	2.516	2.603
Mútuos com partes relacionadas				
JPSP x South Mall Holding Ltda (i)	-	-	5.423	4.833
Infinity Trading Limited x Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A.(ii)			13.457	15.619
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center (iii)			4.383	6.576
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (iv)	-	-	73.469	69.387
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto (vi)	-	-	11.055	11.055
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto (vi)	-	-	4.908	4.908
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Galleria (vii)	-	-	5.500	_
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outros (v)	-	-	2.289	3.964
Total de mútuos com partes relacionadas	-	-	120.484	116.342

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total do Ativo	45.273	23.356	124.081	118.945
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Companhia x acionistas	8.194	-	8.194	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas				
minoritários	-	-	18.892	21.657
JPSP x Outros			7	7
Total do Dividendos a pagar	8.194	-	27.093	21.664
Redução de capital a pagar				
Controlada JPSP Investimentos e Participações S.A. x Acionistas				
minoritários (Nota 27)			313	
Total de Redução de capital a pagar	-	-	313	-
Passivo não circulante				
Lucros a realizar				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (Nota 20)	2.912	3.036	-	-
Total do Lucros a realizar	2.912	3.036	-	
Total do Passivo	11.106	3.036	27.406	21.664
Resultado do exercício				
Servicos prestados				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (ix)	1.804	1.978	_	_
Outros serviços prestados	48	43	-	-
Total dos serviços prestados	1.852	2.021		
Receitas (despesas) financeiras (x)				
South Mall Holding Ltda	-	-	590	525
Infinity Trading Limited x Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A.	_	_	453	_
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (iv)	_	-	9.923	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center (iii)	-	-	464	-
Total da Receitas (despesas) financeiras	-	_	11.430	525

- (i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta JPSP e a Southmall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2020 e taxa de juros de 100% CDI CETIP.
- (ii) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada indireta Infinity e Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negócios e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, no montante de US\$4.000 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a taxa de juros de 3,0% a.a. e com vencimentos previstos para 23/11/2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Refere-se a financiamento para a expansão do Praia de Belas Shopping Centers, com taxa de juros CDI mais 1% a.a.
- (iv) Refere-se a um mútuo com a FEAC Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, entidade que tem uma participação de 30% do Shopping Iguatemi Campinas, com a finalidade de financiamento para expansão do shopping, com vencimento previsto para 15 de abril de 2023 e taxa de juros CDI mais 1% a.a.
- (v) Refere-se substancialmente aos créditos junto aos diversos condomínios dos shopping, oriundos dos processos de reembolso de pagamentos diversos, realizados pela Iguatemi.
- (vi) Saldos de partes relacionadas entre o condomínio civil e o condomínio comercial referente a reembolsos de despesas não honradas pelos locatários, aportados pelos empreendedores, conforme determinam as Leis nº 4.591/64 e nº 8.245/91.
- (vii) Partes relacionadas entre o condomínio civil e o condomínio comercial do Shopping Center Galleria e será liquidado conforme indenização da seguradora.
- (viii) Refere-se a valores a receber decorrente do exercício do direito do plano de pagamento baseado em ações pelos diretores da Iguatemi.
- (ix) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e é sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R\$1.608 (2015 R\$1.603); a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$244 (2015 R\$418).
- (x) Receitas e despesas financeiras referentes a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

(b) Garantias

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$244 (2015 - R\$418). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo deste financiamento entre a Iguatemi e o BNDES é de R\$16.538 (2015 - R\$44.270).

Segmento de Shopping Centers

Em 12 de julho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi de fiança em favor da ORK Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários junto à Securtitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$275.000, com taxa final de CDI - 0,10% a.a. e prazo de 84 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor desta operação era de R\$282.095.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi de fiança em favor da CSC 142 Participações, visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$105.000, com taxa de CDI + 1,30% a.a. e prazo de 228 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor desta operação era de R\$104.530.

Em 28 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi de fiança em favor da CSC 142 Participações, visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes do compromisso de venda e compra do imóvel localizado na cidade de Tijucas, sobre o qual será erguido um complexo comercial a ser desenvolvido sobre a totalidade do imóvel, junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$105.000, com taxa de CDI + 1,30% a.a. e prazo de 228 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$104.160.

Em 4 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi de fiança em favor da Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda, visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes do compromisso de venda e compra dos imóveis que compõem o Shopping Center Galleria, firmado por suas controladas Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda, junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$210.000, com taxa de CDI + 0,15% a.a. e prazo de 120 meses. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$203.986.

Em 31 de julho de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi de fiança em favor da SPH1 Empreendimentos Imobiliários Ltda., visando a garantia da aquisição da empresa Braz II Participações S.A. (atual SPH1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.), detentora de 3,75% do Shopping Pátio Higienópolis I. Com esta aquisição a Iguatemi assumiu as obrigações relacionada ao empréstimo de cédula de crédito bancária nº 100114110014600 firmado por sua controlada SPH1 Empreendimentos Imobiliários Ltda., junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$17.000, com taxa de TR + 9,5% a.a. com vencimento em 5 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$17.759.

Em 18 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi na qualidade de interveniente o Instrumento Particular de Financiamento para Construção de Imóvel com Garantia Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças — Contrato nº 1595/13 a ser firmado por sua controlada CSC 41 Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.631.610/0001-68, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42), no valor de R\$115.000, tendo sido liberado o valor total de R\$109.250 (não havendo mais liberações), com taxa de juros CDI + 1% ao ano e prazo de 144 meses para desenvolvimento das obras do Shopping Center Esplanada. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$106.320.

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir - BNDES 732/2012, de 17.07.2012,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamento no valor de R\$117.312, divididos em 4 (quatro) subcréditos, tendo sido liberado o valor total de R\$114.853 (não havendo mais liberações), destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$96.717.

Em 1º de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R\$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$58.804.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R\$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste empréstimo era de R\$16.538.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	ontroladora		Consolidado
2016	2015	2016	2015
4.968	3.226	24.332	22.064
<u> </u>	<u> </u>	624	969
4.968	3.226	24.956	23.033
	2016 4.968	2016 2015 4.968 3.226	4.968 3.226 24.332 - - 624

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

(a) Seguro de riscos nomeados

A Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados, que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A. (51%) e com a Itaú Seguros S.A. (49%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$672.421 relativos aos danos materiais e lucros cessantes, e o Shopping Pátio Higienópolis com a Sul América Cia de Seguros/Axa (65%) e a Yasuda Marítima Seguros S.A. com (35%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$382.124 relativos aos danos materiais e lucros cessantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2017.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torres	403.000	264.421	667.421
Shopping Center Iguatemi Campinas	426.214	167.167	593.381
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	380.101	145.397	525.498
Shopping Center Iguatemi JK	346.954	127.385	474.339
Shopping Pátio Higienópolis	297.115	85.009	382.124
Shopping Center Iguatemi Esplanada	310.802	48.479	359.281
Shopping Center Iguatemi Alphaville	266.195	59.258	325.453
Shopping Center Iguatemi Brasília	233.524	73.923	307.447
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	275.069	26.187	301.256
Shopping Center Praia de Belas	202.040	82.920	284.960
Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto	244.581	31.056	275.637
Market Place Shopping Center	202.421	68.444	270.865
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	188.197	44.019	232.216
Shopping Center Esplanada	129.627	54.758	184.385
Shopping Center Galleria	114.797	38.867	153.664
Shopping Center Iguatemi São Carlos	89.037	19.601	108.638
Outlet Novo Hamburgo	57.754	14.259	72.013
Área comum Iguatemi JK	57.754	14.258	72.012
Market Place - Tower II	51.923	13.767	65.690
Market Place - Tower I	50.570	13.767	64.337
Power Center	44.951	4.846	49.797
Conjunto Comercial Porto Alegre - Torre	31.228	2.269	33.497
Iguatemi Empresas de Shopping Centers S.A.	6.761	-	6.761

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral

A Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades.

Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A., tal apólice refere-se às quantias pelas quais a Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2017. A importância segurada terá o valor máximo de indenização entre R\$13.000 à R\$30.000 e pode ser dividida em: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou industriais: para os locais das holdings; (c) objetos pessoais de empregados com sublimite de R\$40.000; (d) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boates e similares; (e) responsabilidade civil do empregador; (f) riscos contingentes de veículos; (g) danos ao conteúdo das lojas; (h) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1MM); (i) obras civis e/ou serviços de montagem e instalação condicional de: erro de projeto, cruzada, danos materiais ao proprietário da obra; (j) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$500 mil); (k) alagamento/ inundação para responsabilidade civil garagista e (l) danos morais para todas as coberturas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

JPSP

Alteração da denominação social

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 21 de dezembro de 2016, foi aprovada (i) a alteração da denominação social da Jereissati Telecom S.A. para JPSP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social a fim de contemplar a nova denominação, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 1º: A Sociedade denominar-se-á JPSP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A"; (ii) a redução do número mínimo de conselheiros de administração de 5 para 3 membros e do número máximo de conselheiros de administração de 9 para 7 membros, com a consequente alteração do artigo 11 do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte nova alteração: "ARTIGO 11: A Administração da sociedade será exercida: a) por um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país e b) por uma diretoria integrada por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, com as seguintes denominações: um Diretor Presidente, um Diretor Vice- Presidente e até 3 (três) Diretores Gerentes."

Grupamento de ações e fator de grupamento

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 27 de abril de 2016, foi aprovado o grupamento da totalidade das 543.801.447 (quinhentas e quarenta e três milhões, oitocentas e uma mil e quatrocentos e quarenta e sete) ações, sendo 336.676.262 (trezentas e trinta e seis milhões, seiscentas e setenta e seis mil, duzentas e sessenta e duas) ações ordinárias e 207.125.185 (duzentas e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, cento e oitenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, de emissão da JPSP, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária e na proporção de 10 (dez) ações preferenciais para 1 (uma) ação preferencial, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da JPSP, a aprovação do grupamento não modificou o valor total do seu capital social ou os direitos conferidos pelas ações de emissão da JPSP a seus titulares, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76, e não alterou a participação proporcional dos acionistas no capital social da JPSP.

O capital social da JPSP permaneceu no montante de R\$226.047.458,49 (duzentos e vinte e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos), passando a ser dividido em 54.380.145 (cinquenta e quatro milhões, trezentas e oitenta mil, cento e quarenta e cinco) ações, sendo 33.667.626 (trinta e três milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, seiscentas e vinte e seis) ações ordinárias e 20.712.519 (vinte milhões, setecentas e doze mil, quinhentas e dezenove) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, de emissão da JPSP.

Tratamento a ser dado às frações de ações

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventuais frações de ações de titularidade de acionistas da JPSP como resultado do grupamento de ações foram acrescidas de frações de ações necessárias para completar o próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento aprovado, o que foi feito por meio de doação realizada pela Companhia, acionista controlador da JPSP.

As ações da JPSP passaram a ser negociadas grupadas a partir de 28 de abril de 2016. Os bloqueios em circulação para liquidação de operações com as posições ainda não grupadas tiveram validade até o dia 27 de abril de 2016.

Alteração do Estatuto Social

Em decorrência do grupamento das ações da JPSP, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da redação do art. 5°, do Estatuto Social da JPSP, para refletir a nova quantidade de ações ordinárias e preferenciais representativas de seu capital social.

Nanak

Em Assembleia Geral Extraordinária da Nanak, realizada em 29 de julho de 2016, foi aprovado, por unanimidade de votos, o aumento do capital social da Nanak no valor de R\$158.000, integralizados neste ato mediante a conversão dos valores contabilizados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A integralização foi feita neste ato, na proporção de 100% (cem por cento) pela JPSP, conforme ratificado na Reunião do Conselho de Administração da JPSP realizada em 25 de agosto de 2016.

Segmento de Shopping Centers

Em 25 de fevereiro de 2016, foi liquidado o contas a pagar referente a aquisição da fração ideal do Shopping Pátio Higienópolis, junto a Fundação Conrado Wessel.

Em 27 de abril de 2016, foi inaugurada a expansão do Iguatemi Porto Alegre, com 47 novas lojas, adicionando 20,4 mil m² de Área Bruta Locável ("ABL") ao empreendimento que passou a ter um total de 59,3 mil m² de ABL.

Segmento de Contact Center e Serviços

Contax Participações

No final do 1º trimestre de 2016 a Contax Participações cumpriu substancialmente as etapas e condições acordadas nas negociações com seus credores para o alongamento do seu endividamento financeiro. Já ao final do 3º trimestre de 2016, a Contax Participações concluiu a venda de sua divisão "Allus", com operações na Argentina, Peru e Colômbia, e suas ações passaram a ser listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, partes importantes para a conclusão do seu plano de readequação de estrutura de capital e operacional, conforme amplamente divulgado pela Contax Participações.

CTX

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como parte do plano de readequação da estrutura de capital da sua controlada Contax Participações em Assembleia Geral Extraordinária da CTX, realizada em 14 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da CTX no valor de R\$45.460, mediante a emissão de 5.754.629.136 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, bem como a alteração do *caput* do Artigo 5º do seu Estatuto Social.

O aumento de capital aprovado foi subscrito da seguinte forma: (i) 2.584.454.587 ações ordinárias pela Andrade Gutierrez S.A., no montante de R\$20.416; (ii) 2.584.454.587 ações ordinárias pela JPSP, no montante de R\$20.416; e (iii) 585.719.962 ações ordinárias pela Fundação Atlântico de Seguridade Social, no montante R\$4.628.

Os recursos obtidos pelo aumento de capital, foram repassados à Contax Participações através da celebração do Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças entre CTX e Contax Participações, tendo por objeto a concessão pela CTX à Contax Participações de empréstimo subordinado no valor de R\$45.460, com vencimento em 60 dias contados a partir da data de desembolso, passível de prorrogação nos termos do Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças. O mútuo era atualizado com base em remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extragrupo", e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, aplicada pro rata die.

Posteriormente, conforme Reunião do Conselho de Administração da Contax Participações, foi aprovado a conversão do mútuo na 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Contax Participações ("Debêntures"). Foram emitidas 46.303 Debêntures pelo valor nominal de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$46.303. A data de emissão para todos os fins é 4 de maio de 2016, com vencimento em 30 de dezembro de 2021.

Em Assembleia Geral da CTX, realizada em 30 de agosto de 2016, foi deliberado sobre (i) o Balanço Patrimonial da CTX de 30/06/2016 base para a sua liquidação; (ii) a partilha de ativos da CTX nos termos do Art. 215 da Lei nº 6.404/76; e (iii) a autorização ao Liquidante para tomar as providências necessárias para realizar as transferências de bens aos acionistas. Os bens partilhados compreenderam (i) 785.762 ações ordinárias de emissão da Contax Participações; (ii) crédito no montante de R\$5.602 referente aos dividendos declarados pela Contax Participações na AGO de 30 de abril de 2015, cujo pagamento foi suspenso conforme deliberação tomada em AGE realizada em 29 de dezembro de 2015; e (iii) 46.303 debêntures da primeira série da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Contax Participações S.A., no montante de R\$48.617. Os bens foram partilhados na proporção das participações acionárias de cada acionista.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Em Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, realizada nesta data, o Conselho opinou favoralmente a proposta de redução de capital da Companha, no valor de R\$42.017.101,65, por considerá-lo excessivo, com restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações, a ser submetida e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Reunião do Conselho Administração da Companhia, realizada nesta data, foi deliberado, dentre outras matérias, (i) o cancelamento de 693.500 (seiscentas e noventa e três mil e quinhentas) ações preferenciais de emissão da companhia que se encontram em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$ 784.003,710,16 (setecentos e oitenta e quatro milhões, três mil, setecentos e dez reais e dezesseis centavos), passa a ser dividido em 38.577.343 (trinta e oito milhões, quinhentas e setenta e sete mil, trezentas e quarenta e três) ações ordinárias e 54.793.994 (cinquenta e quatro milhões, setecentas e noventa e três mil, novecentas e noventa e quatro) ações preferenciais. Será oportunamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o número de ações em que se divide o capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista o cancelamento de ações ora aprovado. A Diretoria fica autorizada a tomar as providências legais necessárias à implementação das deliberações tomadas; (ii) foi aprovado que a Diretoria da Companhia convoque Assembleia Geral Extraordinária a fim de submeter aos senhores acionistas a proposta de redução do capital social da Companhia no valor total de R\$R\$ 42.017.101,65 (quarenta e dois milhões, dezessete mil, cento e um reais e sessenta e cinco centavos), sem cancelamento de acões, por considerá-lo excessivo, em virtude do desinvestimento em Telecom, com restituição aos acionistas de parte do valor de suas acões, ficando a Diretoria autorizada a providenciar todos os atos que se façam necessários a fim de que se operacionalize a presente proposta; (iii) Objetivando a otimização e redução de custos e em linha com a Instrução CVM n. 547, a Diretoria da Companhia propôs a alteração da Código de Conduta e Transparência da Jereissati Participações S.A ("Código"), exclusivamente para adequá-la de forma que as informações relevantes da Companhia possam ser divulgadas ao público investidor por meio de 1(um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito a informação em sua integridade. Por unanimidade de votos, o Conselho de Administração aprovou a alteração do item 4.1 – Dever de Divulgar Ato ou Fato Relevante ou Informações de qualquer natureza do Código, passando o item a vigorar com a seguinte nova redação: "4.1 O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar por meio de 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em secão disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade e comunicar à CVM e às bolsas de valores em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação."

FIP GJ

Em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento em Participações GJ Real State, realizada em 20 de fevereiro de 2017, foi deliberado a liquidação e o encerramento do Fundo na data de 24 de fevereiro de 2017 (data de liquidação). Foi aprovado que os cotistas receberão parte de seu pagamento com entrega de ativos que compõe a carteira do Fundo, a saber, 6.246.000 (seis milhões e duzentos e quarenta e seis mil) ações ordinárias de emissão da EDSP66 Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.663.971/0001-23 ("Ativos"), e o saldo remanescente em dinheiro, na proporção de suas cotas, em moeda corrente nacional, com base no fechamento do dia 24 de fevereiro de 2017, após deduzir todas as despesas e custos necessários para a liquidação e extinção do Fundo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Iguatemi

Em reunião do Conselho de Administração da Iguatemi, realizada em 21 de fevereiro de 2017, foi aprovada a proposta da Diretoria para destinação do resultado de 2016 que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$120.000. Tal proposta será submetida a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2017.

JPSP

Decurso do prazo de 60 dias para efetivação da redução de capital conforme AGE de 21 de dezembro de 2016

Conforme divulgado por meio do Fato Relevante em 21 de fevereiro de 2017, a JPSP informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que se encerrou no dia 20 de fevereiro de 2017, o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo 174 da Lei 6.404/76 para a oposição de credores em relação à redução do seu capital, que teve início após a publicação, em 22 de dezembro de 2016, da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2016. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação contrária de credores à referida redução do capital social, a redução de capital não se encontra sujeita a nenhuma condição adicional. Tiveram direito ao recebimento da restituição de capital todos os detentores de ações de emissão da JPSP na data-base de 24 de fevereiro de 2017 (inclusive), sendo que as ações de emissão da JPSP passaram a ser negociadas exredução a partir de 1º de março de 2017 (inclusive). O pagamento a título de restituição de capital será efetuado aos acionistas como parte do valor de suas ações no dia 10 de março de 2017, em moeda corrente nacional, no montante bruto de R\$0,48 (quarenta e oito centavos) por ação, exceto para os acionistas não residentes, onde a JPSP reterá na fonte o Imposto de Renda incidente sobre a diferença positiva, quando aplicável, entre o valor recebido em decorrência da redução de capital e o correspondente custo de aquisição das ações de titularidade do acionista não residente em questão, na forma da legislação aplicável em vigor.

CTX

Em Assembleia Extraordinária da CTX, realizada em 10 de fevereiro de 2017, foi aprovado (i) o Balanço Patrimonial da CTX levantado em 31/12/2016, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes, para fins de liquidação e extinção da CTX; (ii) aprovar, considerando a extinção da obrigação de pagamento do montante de R\$5.797, que corresponde ao valor originalmente contabilizado como "dividendos a pagar" declarados pela CTX na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, e depois de pagos os passivos residuais e as despesas correntes da CTX, a partilha do ativo remanescente da CTX entre os acionistas, no valor, em moeda corrente nacional, de R\$57, na proporção de suas participações acionárias, tendo sido atribuído à JPSP o valor de R\$26; (iii) registrar que o saldo da conta do ativo da CTX relativo a "Tributos a Recuperar", no montante de R\$454, foi objeto de pedido de restituição à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a indicação dos acionistas como beneficiários da restituição, na proporção de suas participações acionárias; (iv) aprovar o relatório do Liquidante dos atos e operações da liquidação e suas contas finais; (v) o encerramento da liquidação e a extinção da CTX, nos termos do inciso I do Art. 219 da Lei nº. 6.404/76, cabendo ao Liquidante tomar todas as providências para o arquivamento da Ata da presente Assembleia, o cancelamento de registro de companhia aberta da

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CTX perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como para a realização das demais baixas e cancelamentos de registros e inscrições da CTX que se fizerem necessários.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia em 10 de março de 2017 submeteu estas Demonstrações Financeiras à apreciação do Conselho de Administração da Companhia e aprovou as presentes Demonstrações Financeiras, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre estas Demonstrações Financeiras.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., em conformidade com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes, é da opinião de que a documentação supra mencionada reflete, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, recomenda sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 10 de março de 2017.

Presidente: Jorge Moyses Dib Filho

Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino – "ad hoc"

Conselheiros:

Jorge Moyses Dib Filho Francisco Asclépio Barroso Aguiar Antônio Gonçalves de Oliveira Roberto Scripilliti Christiano Ernesto Burmeister

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 10 de março de 2017.

Carlos Jereissati Diretor Presidente

Sidnei Nunes Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 10 de março de 2017.

Carlos Jereissati Diretor Presidente

Sidnei Nunes Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores